



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PERNAMBUCO E O RESTO DO MUNDO
(2003-2010): EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E POTENCIAL

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UFPE PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE
POR

TATHYANNA FIGUEIREDO MACIEL

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo

Recife, Maio/2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M152r Maciel, Tathyanna Figueiredo
Relações comerciais entre Pernambuco e o resto do mundo (2003-2010)
: evolução, caracterização e potencial / Tathyanna Figueiredo Maciel. -
Recife : O Autor, 2012.
77 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA.
Economia, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Vantagem comparativa. 2. Vantagem competitiva. 3. Estrutura. 4.
Exportação. 5. Pernambuco. 6. Indicadores de competitividade. I. Hidalgo,
Álvaro Barrantes (Orientador). II. Título.

337 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 047)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE:

TATHYANNA FIGUEIREDO MACIEL

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considerada a Candidata Tathyanna Figueiredo Maciel **APROVADA.**

Recife, 23/03/2012

Prof. Dr Álvaro Barrantes Hidalgo
Orientador

Prof. Dr João Policarpo Rodrigues Lima
Examinador Interno

Prof. Dr Marcos Gois de Oliveira
Examinador Externo/PROPAD/UFPE

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por tudo que tem me ofertado de bom e me iluminando ao percorrer essa longa trajetória e, por fim, conseguir chegar à conclusão do meu Mestrado em Economia: Área de Comércio Exterior e Relações Internacionais.

Agradeço aos meus pais por não medirem esforços em investir na minha formação, pelo fiel apoio e ajuda nas minhas escolhas durante essa caminhada profissional, além da dedicação irreparável em todos os momentos da minha vida. Ao meu irmão, Ighor, e ao meu namorado, Pedro Duarte, que me ajudou e abdicou também de seus finais de semana, me apoiando enquanto tinha aulas aos sábados .

E, por fim, em especial, agradeço ao professor Álvaro Hidalgo, que orientou com tamanha dedicação e com muita paciência essa dissertação, e de quem certamente sentirei falta.

RESUMO

MACIEL, Tathyanna Figueiredo. 2011. RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PERNAMBUCO E O RESTO DO MUNDO (2003-2010): EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E POTENCIAL. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES. Curso de Mestrado Profissional em Economia: Área de Comercio Exterior e Relações Internacionais / Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Esta dissertação objetivou analisar as relações comerciais entre Pernambuco e o resto do mundo, durante o período de 2003 a 2010; ressaltando a evolução, caracterização e potencial do comércio do estado; com base na Teoria da Vantagem Comparativa, na Teoria da Vantagem Competitiva, assim como seus indicadores de competitividade. Nessa perspectiva, verificou-se que Pernambuco possui vantagens comparativas e uma pauta de exportação concentrada em produtos primários, além de ter seu comércio caracterizado como interindustrial. Referente aos destinos das exportações mencionou-se a influência da China no mundo e os reflexos dessa relação na economia mundial, mais profundamente, entre Brasil e China, e conseqüentemente Pernambuco e China. Mesmo, Pernambuco importando, em sua maioria, produtos com alto valor agregado e exportando produtos, de baixo valor agregado. Contudo, identificou-se que Pernambuco é uma economia com grande potencial de crescimento e os investimentos do governo na construção dos novos polos como Farmacoquímico, estrutura logística com o Complexo de Suape e a abertura de grandes empresas no Estado contribuirão positivamente para acelerar o crescimento, gerando mais renda e qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: Vantagem Comparativa — Vantagem Competitiva — Estrutura — Exportação — Pernambuco — Indicadores de Competitividade.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the commercial relations between Pernambuco and the rest of the world, from 2003 to 2010, analyzing and highlighting the development, characterization and potential trade of the state, based on the Theory of Comparative Advantage, Theory of Competitive Advantage, as well as their indicators of competitiveness. From this perspective, it was found that Pernambuco has comparative advantages, and a list of exports concentrated in primary commodities, and has characterized its commerce as inter. There was mentioned the influence of China in the world and the consequences of this relationship in the world economy, even between Brazil and China, and therefore China and Pernambuco. Although, Pernambuco mostly imported products with high added value and export products, while manufactured goods, with low added value. However, Pernambuco is an economy with great growth potential and government investments in the construction of the new poles as Farmacoquímico, logistics structure with the Suape Complex and the opening of large companies in the state will contribute positively to accelerate growth, generating more income and life quality for the population.

Key Word: Comparative Advantage — Competitive Advantage — Structure — Exportation— Pernambuco — Indicators of competitiveness .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
2- REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TEORIA DA VANTAGEM COMPARATIVA.....	13
2.1.1 TEORIA RICARDIANA.....	16
2.1.2 TEORIA HECKSCHER-OHLIN (H-O).....	17
2.1.3 TEORIAS RECENTES DO COMÉRCIO.....	19
2.2 TEORIA DA VANTAGEM COMPETITIVA.....	21
2.3 INDICADORES DE COMPETITIVIDADE.....	28
2.3.1 VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA (VCR).....	29
2.3.2 COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA (CII).....	30
2.3.3 ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES.....	31
3- DESEMPENHO E ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR DE PERNAMBUCO	
3.1 INTRODUÇÃO.....	34
3.2 ESTRUTURA DA EXPORTAÇÃO DE PERNAMBUCO.....	35
3.3 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE PERNAMBUCO.....	41
3.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA.....	44
3.4.1 A ASCENÇÃO DA CHINA: NOVA POTENCIA MUNDIAL E SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL.....	44
3.4.2 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE NORDESTE E CHINA.....	51
3.4.3 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PERNAMBUCO E CHINA.....	54
3.5 VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS (VCR) DE PERNAMBUCO	58
3.6 COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA (CII) DE PERNAMBUCO.....	60
3.7 ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PE.....	64
3.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
CONCLUSÃO.....	69
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	72

ANEXO 1.....	76
ANEXO 2.....	77
ANEXO 3.....	78
ANEXO 4.....	79

INTRODUÇÃO

O comércio exterior tem apresentado uma importância crescente nas economias nacionais. A progressiva abertura comercial do Brasil a partir da década de 90 começou a se expandir gerando uma maior necessidade de empenho nas esferas financeiras e produtivas, também no que se diz respeito a mudanças tecnológicas.

A década de 1990 foi marcada também pela formação dos blocos regionais de comércio. Segundo Hidalgo e Da Mata (2004), o fenômeno da globalização se intensificava, e as economias em desenvolvimento possuíam dois desafios a serem resolvidos: a solução para os problemas da pobreza e renda, e a inserção e integração ao novo sistema econômico internacional.

O Brasil, país com características bastante singulares, apresenta uma complexa estrutura de exportação com grandes diferenças regionais. A exemplo tem-se Pernambuco, com uma estrutura produtiva pouco diversificada e com pouca inserção internacional, segundo Hidalgo e Da Mata (2004). Esse foi um dos motivos pelo qual se selecionou o Estado de Pernambuco para ser estudado e, assim, verificar a sua participação no comércio exterior do Brasil além de identificar os produtos e setores com vantagens comparativas.

A economia de Pernambuco caracterizava-se pelo seu relativo fechamento ao comércio internacional, o Estado pouco aproveitava as oportunidades que o comércio oferecia para o crescimento econômico. Parecia faltar um projeto de inserção internacional no qual fossem definidas estratégias de comércio. Para isso, é necessária a realização de esforços a fim de identificar os produtos dos quais o Estado tem mais potencial de exportação.

Contudo, há alguns anos, o estado vem se esforçando para trabalhar o seu processo de “abertura econômica”, conseqüentemente sua industrialização perante o comércio internacional, principalmente com as obras no porto de Suape, que têm conseguido atrair significativo capital estrangeiro, assim como grandes empresas internacionais.

Esse processo incrementaria o crescimento de Pernambuco, contribuindo para a abertura de novas empresas, com geração de emprego e renda para a população do estado. Ademais, essa abertura de Pernambuco ao comércio exterior, contribuiria para importar os bens de capital, para produzir novos produtos e diversificar o perfil da pauta exportadora do estado.

Os dados sobre crescimento já se fazem presente, Pernambuco cresceu, no ano de 2010, a taxa de 9,3% em relação ao ano de 2009, ultrapassando a taxa de crescimento brasileira no mesmo ano, segundo dados do Banco do Nordeste (2011).

Por Pernambuco estar integrado à economia doméstica, a economia mundial tem caráter complementar, o que contribui para se refletir no comércio exterior. Como regra, esses estados mais pobres possuem a pauta de exportação básica de produtos agrícolas e semi-elaborados, enquanto suas importações são de produtos industrializados. Assim o que se espera é um comércio tipo intraindustrial em que as vantagens comparativas refletem as dotações de fatores da economia.

No caso específico da economia estadual, onde há um predomínio de produtos agrícolas, principalmente frutas, açúcar e industrializados semimanufaturados, os incentivos são fundamentais para criar a competitividade no mercado internacional. Além disso, a eliminação de barreiras é de extrema relevância para melhor aproveitamento das vantagens. Como um trabalho empírico, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução, caracterização e o potencial das relações comerciais de Pernambuco com o resto do mundo no período de 2003 -2010.

Assim como, adotar a teoria da vantagem comparativa e vantagem competitiva como base do trabalho visando analisar e mostrar a estrutura das exportações do estado de Pernambuco durante o período de 2003-2010; além de identificar os indicadores de competitividade de acordo com os números do comércio de Pernambuco.

A fim de atingir os objetivos, este trabalho utilizou a metodologia baseada em estudos empíricos. Os dados secundários envolvem parte da literatura sobre o tema escolhido: livros, artigos científicos, periódicos, revistas e sites da Internet, como o do MIDIC, Revista Econômica do Nordeste, Alice WEB, dentre outros. E todo esse material foi utilizado para que se pudesse levantar e embasar, ao máximo, as informações sobre esse tema.

Tendo-se privilegiado o método indutivo que permite fazer-se pesquisa em busca de soluções prováveis, isto é, pela indução às conclusões a que se chega correspondem “a uma verdade não contida nas premissas consideradas, diferentemente do que ocorre com a dedução” (GIL, 2006, p. 29) e, também, na metodologia, apresenta-se o nível de pesquisa exploratório, para fugir dos níveis descritivo e explicativo.

Assim, para alcançar os objetivos aqui traçados, foi realizada uma coleta de dados em livros, revistas, sites, dentre outras fontes, as quais foram organizadas de forma coerente e, em seguida, foi feita uma interpretação do conteúdo dessa literatura, no sentido de responder aos questionamentos aqui propostos e, ao final, elaborou-se a presente dissertação, como uma contribuição, ainda que simples, para essa área de conhecimento.

No capítulo 2, apresenta-se o referencial teórico, utilizando as teorias sobre a vantagem comparativa, como a teoria Ricardiana, teoria de Heckscher-Ohlin (H-O) e as teorias recentes do comércio. Também são apresentados as teorias da vantagem competitiva, os indicadores de competitividade, o índice de vantagem comparativa revelada (VCR), o comércio intraindústria e índice de concentração das exportações. Índices que sinalizam a tendência de crescimento do comércio exterior.

O capítulo 3 faz um breve relato sobre como era o Estado de Pernambuco até o ano de 2002, e as mudanças que aconteceram com o incremento de investimentos no Estado, a partir de 2003, além da abertura do

Porto de Suape que atraiu grande número de empresas, avaliando, assim, os setores que se apresentaram como mais dinâmicos.

Ainda neste mesmo capítulo 3, discutem-se os principais indicadores de especialização para a economia estadual, entre eles: as vantagens comparativas reveladas para Pernambuco com base nos conceitos estudados no capítulo anterior; o indicador de comércio intraindustrial e o nível de concentração de determinados produtos na pauta das exportações de Pernambuco. Além de identificar, os destinos mais importantes dos produtos exportados por Pernambuco, e evidenciando as relações com a China. Por fim, o último capítulo é dedicado às principais conclusões do trabalho.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

Os elementos teóricos que servem de fundamento para a realização deste trabalho estão baseados na teoria da vantagem comparativa e em indicadores de competitividade apresentados a seguir.

2.1. Teoria da Vantagem Comparativa

A vantagem comparativa é o que "(...) determina quem vai e deve produzir um bem" (KRUGMAN, 2010,p.28). Ele afirma que o país, ao se especializar em um bem, desenvolverá essa vantagem. A teoria clássica do comércio ressalta a diferença entre a vantagem comparativa e a vantagem absoluta¹.

Quando um país decide se especializar na produção de um bem, essa especialização será no bem no qual o país possui uma vantagem comparativa.

"De acordo com a lei da vantagem comparativa, mesmo que uma nação seja menos eficiente do que a outra nação (apresente uma desvantagem absoluta em relação à outra nação) na produção de ambas as mercadorias, ainda assim existirá uma base para o comércio mutuamente benéfico. A primeira nação deve se especializa na produção e na exportação de mercadoria em relação à qual a sua desvantagem absoluta é menor (esta representa a mercadoria que corresponde a sua vantagem comparativa) e importar a mercadoria à qual a sua desvantagem absoluta é maior (esta representa a mercadoria que corresponde à sua desvantagem comparativa)" (SALVATORE, 2007, p. 23)

Segundo a teoria ricardiana, essa vantagem está localizada onde a necessidade unitária de trabalho é menor. Ressalta a teoria que a especialização poderá ser em mais de um bem, mas não em todos. Sendo assim, os países obtêm ganhos do comércio, devido à especialização, tornando seu trabalho mais eficiente, podendo comprar de outros países aquilo de que necessita a preços menores do que produzidos internamente.

¹ Quando um país pode produzir uma unidade de um bem com menos trabalho do que outro, podemos dizer que o primeiro possui uma vantagem absoluta na produção desse bem. (KRUGMAN,2010,p.25). Segundo Adam Smith (apud COUTINHO *etal.*,2005,p.102) *a vantagem absoluta resulta de uma produtividade maior, com menores insumos e custos, e que não só as trocas de excedentes são vantajosas, mas também as doações ("trocas voluntárias") entre países beneficiam a todos.*

A fim de mostrar que essa especialização é benéfica para o comércio, segundo Krugman, é preciso que o preço relativo (preço de um bem em relação a outro bem) seja maior que o custo de oportunidade² do mesmo, pois, com a troca e considerando a possibilidade de consumo em cada país, ambos os países ganham.

Uma questão bastante interessante de ser analisada é afirmar que a concorrência é prejudicial e injusta quando se baseia em baixos salários, que é uma das maiores reclamações em relação à China, que possui um custo baixo e também baixos salários em relação ao mercado mundial. Conforme o trabalho local, se torna mais caro, os salários terminam por aumentar em relação ao estrangeiro, e os bens locais produzidos se tornam mais caros, declinando a demanda e produção dos bens.

“Não importa se o custo mais baixo do vinho produzido no estrangeiro se deve a alta produtividade ou a salários baixos. O que importa ao local é que é mais barato em relação a seu próprio trabalho produzir queijo e comercializá-lo por vinho, em vez de produzir vinho”. (KRUGMAN,2010, p. 31)

É importante considerar que a especialização não chega ao extremo, devido à existência de vários fatores de produção, à questão das barreiras de proteção levantadas pelos países, sejam tarifárias ou não tarifárias, e aos altos custos de transporte, que impedem ou desaceleram essa tendência à especialização. Mas, se o custo de importação, transporte, impostos estiver muito mais alto do que produzir um bem, mesmo o país não sendo especializado, ele passará a produzi-lo para atender o mercado local, tornando, muitas vezes, os bens não comercializáveis.

Inicialmente pode-se destacar a teoria da vantagem absoluta, formulada por Adam Smith a partir de uma crítica ao modelo mercantilista que vigorava na época, e que defendia que a riqueza da nação residia na acumulação de metais preciosos.

² Custo de oportunidade é a relação entre as quantidades de um determinado bem que dois países precisam deixar de produzir para produzir um outro bem.

Para Smith, segundo Souza (2005), o indivíduo, ao aumentar a renda pessoal, terminaria aumentando o consumo de bens e, conseqüentemente, o bem-estar social. Logo a produção de uma nação não dependeria de fatores específicos, mas sim da produtividade.

Ainda conforme o autor acima descrito, o solo, clima, a dimensão territorial não são tão importantes para gerar riquezas quanto o trabalho, considerado o fator essencial para o crescimento. Pois, de acordo com a melhoria da produtividade, os países podem e devem se especializar com o intuito de acelerar o processo de produção, aumentando-o e diminuindo o tempo de fabricação dos bens.

Esse aumento de produção gera a criação de excedentes, que podem ser exportados para outros mercados. O comércio contribui para contratação de novos funcionários, influencia na compra de matérias-primas e maquinário, assim como na acumulação de capital e no aumento do poder de compra dos bens que não são produzidos localmente. Para Smith (1996), o trabalho é o fator principal para a produção. Defende a necessidade de abertura do mercado ao comércio internacional.

Mas, segundo o próprio Smith (1996), a acumulação exaustiva do capital levaria a uma estagnação, pois o trabalhador ao se especializar, levaria a um aumento do valor do seu trabalho e, como consequência, diminuição do lucro. Assim as vantagens naturais que um país tem sobre outro na produção seriam inúteis nessa situação.

Quanto ao papel do Estado, deveria estar limitado à regular a concorrência, cuidar da educação, saúde e segurança pública. Mas, na realidade, o Estado ainda intervém na economia através de suas políticas. Se não houvesse essa intervenção estatal no comércio, este seria regido pela lógica da diferença da produtividade, e o país que produzisse o bem mais barato exportaria esse produto, isto é, o mercado seria regulado pela “mão invisível”, a busca de interesses levaria a benefícios coletivos.

2.1.1. Teoria Ricardiana

Uma das principais teorias ligadas à vantagem comparativa é a teoria Ricardiana do comércio internacional, criada por David Ricardo, que adotou a ideia de Adam Smith sobre o papel do trabalho como a fonte de geração de riquezas, com enfoque na divisão do trabalho e sua produtividade, porém Smith priorizou a relação do trabalho produtivo e a comparação absoluta entre cada setor da economia. Já Ricardo destacou o ganho da produtividade com o desenvolvimento de maquinário e do comércio baseado nas vantagens comparativas.

A teoria da vantagem comparativa com um caráter mais estrutural, diz que a produtividade do trabalho cria diferenças entre as nações. Os países exportam mais bens onde o trabalho é mais produtivo.

Para essa teoria, os setores que tivessem maior produtividade exportariam seus produtos e importariam os bens comparativamente menos produtivos, ou seja, a produção que não fosse vendida no mercado interno de um país deveria ser exportada, e os outros bens seriam adquiridos do mercado internacional com um melhor preço, sendo melhor do que produzi-lo internamente, criando relações de interesse e de intercâmbio entre os países.

Porém, se a taxa de cambial estiver supervalorizada, os produtos que possuem vantagens comparativas serão penalizados, influenciando negativamente na competitividade desses produtos determinados por acordos internacionais, barreiras tarifárias e não tarifárias. Isso mostra que o limite da vantagem comparativa é a vantagem competitiva, isto é, quando um país exportou bens abundantes e importou os bens escassos com um câmbio desvalorizado e a região não tem mais como tirar vantagens, ele precisa desenvolver suas vantagens competitivas a fim de permanecer na prática do comércio internacional.

Mas, de acordo com Krugman (2010), não basta ter maior produtividade em comparação ao mesmo setor, tem que ter também uma produtividade relativa alta em relação aos outros setores. Isso comprova que o país depende de sua vantagem comparativa e não absoluta, mostrando, também, que o país

pode ser competitivo sem ter que igualar a sua produtividade com a do seu concorrente.

Porém, “(...) as diferenças na produtividade do trabalho continuam a desempenhar um papel importante na determinação dos padrões do comércio internacional” (KRUGMAN,2010,p.37)

Quanto à China, apesar da alta produtividade chinesa em manufaturados, ainda está fora dos padrões das principais economias do mundo, como a americana e europeia, porém, em alguns setores, torna-se um dos maiores produtores e exportadores. Em suma, “(...) as diferenças de produtividade desempenham um papel importante no comércio internacional e as vantagens comparativas, em vez das absolutas, é que importam”. (KRUGMAN,2010, p.37)

Algumas críticas do modelo de Ricardo foram citadas por Coutinho *et al.*(2005), como o alto grau de especialização que não se observa no mundo real, a ausência de reconhecimento das diferenças de recursos naturais e capitais e os efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda interna de cada país. Ele afirma que, por meio do comércio, o país, em sua totalidade, sempre ganhará; e, por último, ao ignorar o papel das economias de escala, torna impossível explicar fluxo comercial entre nações aparentemente similares.

2.1.2. Teoria Heckscher-Ohlin (H-O)

A teoria Heckscher-Ohlin (H-O), também chamada da teoria de proporções de fatores, afirma que a vantagem comparativa é dada pela diferença nas dotações relativas de recursos, de forma isolada, disponíveis em um país, que explica o comércio mundial. Porém, considera tecnologias iguais entre as diversas regiões, mostrando que a vantagem é oriunda da diferença dos estoques dos diversos fatores de produção entre países.

Portanto, o aumento dos recursos da produção é o ponto fundamental para se entender as diferenças no comércio internacional. “Em geral, uma economia tenderá a ser relativamente eficaz na produção de bens que sejam

intensivos nos fatores dos quais o país é relativamente bem dotado". (KRUGMAN,2010, p.48)

Considerando os fatores de produção nas exportações e importações, a teoria mostra que o país será um exportador líquido de fatores abundantes e baratos; e um importador líquido de recursos considerados escassos e caros a nação.

Segundo Salvatore (2007), o teorema de H-O explica a vantagem comparativa através da diferença em termos de abundância de fatores e a diferença nos preços dos fatores, representam a causa para a diferença em termos dos preços relativos de fatores e nos preços relativos de mercadorias, entre duas nações.

A teoria também tenta mostrar que o comércio é uma fonte de ganho para todos. Se não existisse o comércio, o consumo estaria limitado pela fronteira de possibilidade de produção, ou seja, uma economia autossuficiente. Com o comércio, a troca entre os países permite que as pessoas consumam mais de vários bens baseados na restrição orçamentária, e todos saiam ganhando, expandindo as escolhas da economia e melhorando a distribuição da renda.

Todavia, na realidade, não acontece exatamente assim, devido às diferenças tecnológicas. Isso porque os países se protegem contra a concorrência estrangeira, e os efeitos das produtividades se tornam mais visíveis, principalmente quando se têm trabalhadores com baixa qualificação e diferença na distribuição de renda.

Em relação às economias de escala frequentes nas indústrias, os países não seguem um padrão tecnológico, estão em constante mudança, através de inovações por parte de cada empresa, individualmente, fazendo com que haja utilização de níveis tecnológicos diferentes e produtos diferentes dentro de uma mesma empresa.

Já o modelo H-O é o que mais se aplica por abordar a questão da distribuição de renda e o padrão do comércio, apesar de considerar apenas os recursos produtivos como causa do comércio.

O surgimento de novas fábricas também se dá pelas vantagens comparativas que estão em constantes mudanças, não só por meio de políticas públicas e incentivos fiscais, que contribuem para a inserção internacional da região; mas também, a partir da acumulação de capital, que passa a adotar um nível de qualificação industrial e desenvolve novas indústrias, contribuindo para desenvolvimento da economia.

Tratando-se das diferenças entre as teorias, pôde-se observar que a teoria H-O se diferencia do modelo ricardiano por estabelecer uma distinção entre comércio internacional e inter-regional, além de determinação dos fatores que explicam a existência das vantagens comparativas.

2.1.3 Teorias Recentes do Comércio

Existem teorias recentes de comércio, baseadas em economias de escala. Segundo essas teorias, os custos da empresa se reduzem à medida que aumenta a quantidade produzida. Quando há economia de escala, a produção pode ser dobrada, sem que seja necessário dobrar a quantidade de insumos. E é isso que estimula o comércio internacional, criando, não uma concorrência perfeita, mas um certo grau de poder entre as firmas do mercado. E, assim, cada país produz uma quantidade restrita de cada bem, ou seja, diminui ou abandona o trabalho na produção de alguns bens a fim de ampliar a produção de outros; “(...) para tirar vantagens da economia de escala, cada país deverá se concentrar para produzir um número limitado de bens.” (KRUGMAN,2010,p.88)

“Retornos crescentes em relação à escala podem ocorrer em decorrência do fato de que em uma maior escala de operação se tornam possíveis uma maior divisão de trabalho e uma maior especialização.” (SALVATORE, 2007, p. 62)

Cada vez que o trabalhador se especializa na realização de uma tarefa repetitiva a produtividade da mão de obra aumenta, permite a introdução de máquinas e equipamentos mais especializadas e mais produtivas do que seria possível numa escala menor.

Pois, se cada país se dedicar a produzir determinados bens, terá retornos crescentes de escala, maior do que se cada país fosse produzir todos os bens, assim a economia mundial poderá produzir mais. Isso tudo permite o consumo de produtos variados, devido ao comércio internacional que possibilita ganhos em escala para os países através das exportações e importações.

As economias de escala externas são geradas por muitas empresas pequenas e de concorrência perfeita. Quanto às economias de escala internas, as grandes empresas possuem uma vantagem em relação aos custos e criam uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita.

Na concorrência perfeita, todas as empresas são tomadoras de preços, cada empresa poderá determinar a quantidade a vender a um preço dado sem a interferência de concorrente nos preços. Já na concorrência imperfeita, as empresas têm a consciência que podem interferir nos preços, de modo que vendem mais se os reduzirem, além das outras formas de concorrência imperfeita, como o monopólio, onde uma única empresa manda no mercado, ou o oligopólio, onde um grupo de empresas determina os preços, mas nenhuma com monopólio incontestável.

Dentro do modelo de comércio baseado na concorrência monopolística, existe o comércio intraindustrial que reflete as economias de escala. Os países fabricarão produtos para promover a diferenciação dos mesmos, um estímulo para inovação. As empresas irão investir mais em pesquisa e desenvolvimento para conseguir obter produtos inovadores e melhores retornos; já o comércio interindústria reflete mais a vantagem comparativa. Se a relação capital-trabalho for diferente entre os países cada um se especializa, não havendo possibilidade de comércio intraindústria.

Mas, na maioria das vezes, o comércio mundial está baseado na relação intraindústria, na qual os países industrializados têm se tornado cada vez mais semelhantes em termos de tecnologia e disponibilidade de capital e trabalho qualificado, além de permitir que os países e os consumidores sejam beneficiados por mercados maiores, gerando uma maior opção de bens para a escolha. Esse tipo de relação comercial, intraindustrial, traz duas visões:

positiva e negativa. Por estabelecer uma relação comercial de fácil convivência entre os países, os seus governos apóiam essa relação. Quanto ao lado negativo, ocorre que quando há diferença entre os fatores de capital e trabalho dos países envolvidos terminando por esbarrar em problemas políticos entre os governos dos países.

Contudo, a vantagem comparativa pode ser reforçada pelas políticas governamentais. A intervenção de políticas públicas pode reduzir a taxa de juros, conter os custos salariais, subsídios, margens de depreciação, exportação para setores específicos e, assim, diminuir os custos de uma empresa nacional frente a um concorrente internacional.

A teoria da vantagem comparativa esbarra em três fatos que não condizem com a realidade atual: o primeiro é o grande comércio de produtos com proporções de fatores semelhantes; o segundo é o grande volume de comércio entre países industrializados com dotações de fatores semelhantes, e por fim, a ascensão da empresa multinacional, que contribui para o aumento das importações e exportações entre as filiais de uma empresa, enfraquecendo o padrão do comércio baseado nas vantagens comparativas.

No entanto, os custos dos fatores e, portanto, suas disponibilidades relativas continuam relevantes em algumas indústrias que empregam muitos recursos naturais, tecnologia comum e mão-de-obra desqualificada. Mas, para as indústrias que utilizam tecnologia muito sofisticada e emprego especializado, e, conseqüentemente, apresentam significativas contribuições para a produtividade nacional, essa teoria deixou de ter importância. (COUTINHO *et al.*,2005,p.105)

2.2. Teoria da Vantagem Competitiva

A teoria da vantagem competitiva reflete o conceito de competição entre mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidade tecnológica e economias de escala. Para Porter (1999), o conceito de competitividade se resume ao de produtividade, que é o valor produzido por uma unidade de trabalho ou de capital, que depende da característica do produto, da qualidade e eficiência com que é produzido. Essa competição é determinante da renda per capita de um país, isto é, do seu padrão de vida, assim como esse padrão

depende do aumento consecutivo do nível de produtividade das empresas de um país. Ele ressalta que nenhum país poderá ser competitivo em tudo, pois tanto os recursos humanos como o capital são limitados, por isso a importância de que esses recursos sejam aproveitados pelas atividades mais produtivas.

As empresas estão sendo testadas constantemente no âmbito nacional e internacional pelo comércio exterior, que ameaça o crescimento da produtividade caso não atendam aos padrões de qualidade; e se não forem competitivas internacionalmente, terminarão por comprometer a qualidade de vida e a capacidade de exportação do país.

Vale salientar que desenvolver a vantagem competitiva é o que o governo chinês tem feito constantemente, controlando sua moeda e a taxa cambial, para manter a competitividade e poder continuar alimentando uma economia com baixos salários e superávit comercial.

O importante é que as empresas invistam em inovações tecnológicas e impulsionem a eficiência da produção, com novos métodos de treinamento, novas abordagens de marketing e até aprimorando o processo administrativo e gerencial, para poderem competir. Apesar de saber que nenhum país é capaz de competir em todos e nem mesmo na maioria dos setores, o país deverá se preocupar em exportar bens de alta produtividade, que contribuam para o aumento da produtividade nacional e da renda per capita.

A manutenção da vantagem competitiva pode se dar por diferentes meios. Esta pode ser conseguida por diferenciação do produto, mudança de estratégia dentro da empresa, treinamento de mão-de-obra, suporte ao consumidor, atendimento pós-venda, direitos de propriedade sobre o produto, tradição na comercialização do bem, planejamento de custos em todos os segmentos da empresa, programas de fidelidade do cliente para com a empresa, qualidade, dentre outros. Cabe à empresa em vantagem definir suas metas e sua estratégia para manter sua posição e ampliar suas fontes de vantagem. (COUTINHO *et al.*, 2005, p. 108)

Quanto maior a frequência de inovação na economia, mais elevada será a renda per capita, segundo Porter (1999), pois essas novidades deslocam a curva de custos, criando novas funções de produção, combinações mais eficientes e baratas para produzir uma mercadoria ou serviço.

Para Schumpeter (1982), após a inovação, a firma ganhará e terá vantagem competitiva, em primeiro instante, enquanto as concorrentes ainda não aderiram ao novo processo, que é chamado de vantagem temporal, e que trará rendimentos segundo seu desempenho. Essa questão é reafirmada por Fine (1999, p.39): “vantagem competitiva é temporária, e quanto mais rápida a velocidade evolutiva, mais transiente a vantagem competitiva”. A principal questão dessa teoria é escolher a vantagem certa, afinal a situação econômica de um país e seu cenário interno são influenciados também por questões externas, como: comércio internacional, investimentos externos, variação do barril de petróleo, concorrência, questões ambientais, etc.

Ao conquistar a vantagem competitiva através da inovação, a empresa terá condições de sustentá-la apenas através do processo de melhorias contínuas, conforme Porter (1999). No momento em que os novos bens se tornarem internacionais, o país passará a exportá-los e, à medida que o país vai deixando de utilizar a tecnologia de ponta, esta migra para países menos desenvolvidos, que passam a produzir e exportar para os países mais ricos.

Afinal, quase todas as vantagens estão sujeitas à imitação, o que reflete bem a situação atual da China, a qual importa produtos de alta tecnologia de países desenvolvidos, para poder copiá-los e adquirir o *know-how* de um determinado produto estrangeiro, produzindo seus próprios produtos e exportando-os a preços mais baixos, utilizando-se dessa tecnologia, e nesse, caso de sua mão-de-obra barata.

Apesar disso, vale complementar que a China também desenvolve sua própria tecnologia, e como forma de atrair capital estrangeiro, estabelece estratégias entre o governo chinês e empresas que estejam dispostas a fazer *joint-ventures*³, onde parte é capital chinês e parte capital estrangeiro. Essa é uma forma de “forçar” as empresas estrangeiras investirem no país e permanecer no mesmo.

Uma vez lançada a inovação, aparecerão vários imitadores, e os lucros provenientes dessas inovações serão cada vez menores para a firma pioneira,

³ *Joint- Venture*: aliança entre duas empresas estrangeiras, visando a alcançar um objetivo comum.

que estará dividindo com os demais até cessar, e essa empresa será ultrapassada por outras que buscam com mais eficiência superar as adversidades.

A introdução dessa inovação no processo produtivo devido às reduções de custos gera também uma diminuição dos preços até atingir um monopólio. Apenas essa empresa pode disponibilizar esse produto aos consumidores. Tais estratégias, segundo Schumpeter (1982), permitem um aumento dos lucros e a realização de pesquisas e desenvolvimento para a manutenção do monopólio.

Às vezes, a vantagem está no pioneirismo, porém, mais cedo ou mais tarde, a tecnologia ou inovação poderão ser copiadas, ou, até mesmo, pode-se descobrir um modo de inovar e competir de forma mais exitosa e barata. Portanto a estratégia está em tornar as vantagens atuais, por mais que ainda sejam vantagens, em obsoletas, isto é, nunca se acomodar e sempre buscar aprimorar o produto/ serviço.

Nesse sentido, para Porter (1999), os quatro grandes atributos de um país que estabelece a vantagem nacional, chamado de *Diamante Nacional* são: primeiramente as condições de fatores, principalmente os que envolvem investimentos e especializações. O segundo atributo corresponde às condições de demanda, no qual os consumidores internos mais sofisticados respondem com antecedência e contribuem para determinar o fluxo do comércio internacional. Terceiro atributo são os setores correlatos e de apoio, no que diz respeito não só aos componentes e maquinarias como também o estreitamento das relações de trabalho, estabelecendo parcerias, por exemplo, com fornecedores, estratégia, estrutura e rivalidade das empresas. Como o quarto atributo, tornando-as mais eficientes e competitivas, oferece a oportunidade do intercâmbio de informações entre os demais; podendo ser um exemplo as empresas que fazem as *joint-venture*, como as empresas chinesas e brasileiras.

A partir dessas estratégias, as empresas possuem excelentes condições de evoluir e atingir o sucesso competitivo internacional, baseadas na rivalidade doméstica e sua concentração geográfica.

“A competitividade num setor específico decorre da convergência das práticas gerenciais e dos modelos organizacionais mais adotados no país que possui as fontes de vantagem competitiva no setor” (PORTER, 1999, p. 190)

Segundo a teoria da vantagem competitiva, os fatores são agrupados nas seguintes categorias: recursos humanos, físicos, de conhecimento, capital e infra-estrutura. As firmas conquistarão essa vantagem ao dispor desses fatores com baixos custos e com boa qualidade, além de sua eficiência e da efetividade com que são atribuídos; com uma diferença entre os fatores herdados pelo país e os criados. Para H-O, esses fatores são fixos, dados. Para Porter (1999), para alcançar e sustentar essa vantagem, é mais interessante que esses fatores sejam criados, inovados, que os limites sejam mudados, melhorando a qualidade dos fatores existentes.

Pode-se perceber, então, que a prosperidade nacional advém do esforço humano, a competitividade de um país depende da capacidade de inovação das suas indústrias, e isso mostra a relativa importância dos novos atores internacionais, as empresas transnacionais, que se tornaram tão importantes quanto a figura do Estado, pois, embora se tenha a noção do que é uma empresa competitiva, a ideia de uma nação competitiva ainda é obscura. Portanto, a dinâmica da competição nasce da condição soberana e do *self-help*, que subordina todos ao poder e cria conseqüências, como a desvalorização dos atores multilaterais e transnacionais como instrumentos na competição entre Estados.

Nesse sentido, as diferenças culturais, as estruturas econômicas, os recursos naturais, a história, a inovação tecnológica são fatores que contribuem para o êxito competitivo, porém não são fundamentais, pois há países que são deficientes em alguns desses setores e não deixam de ser competitivos.

Além de todos os pontos citados acima, deve-se considerar o papel do governo, por sua capacidade de influenciar a competitividade através das políticas governamentais de forma positiva. Conforme as quatro determinantes do chamado *Diamante Nacional* - a concentração de recursos, o protecionismo, a promoção de importação e subsídios, dentre outros -, também práticas gerenciais bem sucedidas geram um alto nível de produtividade, de extrema

importância, já que principal objetivo de um país é dar um elevado padrão de vida para seu povo.

Porém, para outros, o papel governamental não tem tanta importância, pois, para esses, só as empresas possuem capacidades para criar setores competitivos, e a atuação do governo é de forma indireta. Este deve servir apenas para aplicar normas e regular o ambiente interno, podendo moldar a demanda já que é um dos maiores compradores internos, como, por exemplo, restringindo a cooperação dos setores rivais, com políticas fiscais, regulatórias e lei antitruste. (PORTER, 1999).

Para Porter, o governo atua de forma indireta através das políticas governamentais citadas anteriormente.

As teorias tradicionais do comércio internacional e da vantagem competitiva se resumem entre o dinâmico e estático. As teorias tradicionais consideram os fatores de produção de forma estática, são dados e nada se pode fazer para mudar a dotação. No mundo real, essa hipótese não é verdadeira; com crescimento econômico, as dotações de fatores podem aumentar. Assim, de acordo com Porter, as empresas estão sempre em busca do lucro, inovando e modificando tanto o estoque relativo como a produtividade, dinamizando o processo.

As teorias de Ricardo e Porter parecem concordar que a produtividade determina o fluxo de comércio internacional, mas, para a teoria ricardiana, há apenas um fator de produção que a determine, o fator trabalho. Logo, os países que tiverem maior produtividade de trabalho terão mais vantagem comparativa desses bens, exportando-os e importando outros desejados.

Analisando Porter, compreendeu-se que a teoria tradicional de comércio tenta explicar a vantagem comparativa baseada nos fatores de produção, mão-de-obra e recursos naturais, porém, com a globalização, para explicar a competitividade das nações, é preciso que se analisem setores específicos e segmentos setoriais que empreguem a alta tecnologia e habilidades que possam sustentar a elevada e crescente produtividade, baseada na iniciativa e

inovação alimentadas pela informação. Sendo assim, os países exportariam os produtos que tivessem também vantagens competitivas.

Para Coutinho *et al.* (2005), há uma similaridade entre o Heckscher-Ohlin e Porter referente à dotação de fatores. Para H-O, a dotação de fatores é o que determina o fluxo de comércio, o que tiver maior disponibilidade de fatores terá uma maior vantagem comparativa na produção desse bem, que terminará exportando-o. Para Porter, conforme analisado acima, o comércio está determinado pela produtividade, a dotação de fatores é um dos vieses do *diamante nacional*, que pode levar a vantagem competitiva, considerando que os fatores mais importantes são os criados e não os herdados, e, diferentemente de H-O, a escassez de algum bem instiga a empresa a buscar inovações até vir um dia a exportá-lo e adquirir a tal vantagem competitiva.

Em relação às teorias tradicionais, a vantagem comparativa é analisada através do baixo custo de produção, devido à abundância de fatores ou à produtividade do trabalho. Para Porter (1999), as empresas dominam o mercado não só pelo baixo custo produtivo, mas porque seu produto, para chegar e se manter num determinado patamar de mercado, possui vantagens em relação a sua qualidade e características próprias, o que está diretamente ligado à questão da eficiência em investimentos, pesquisas e desenvolvimentos do setor.

Contudo, as diferentes naturezas dos atores e a combinação de interesses diminuem a competição, principalmente na área econômica, quando percebem que a competição pode ser transformada em cooperação, pois um conflito entre os atores significaria perdas de possibilidades de riqueza, o que mostra que a teoria das vantagens comparativas é a expressão econômica desse processo.

Em relação ao desenvolvimento competitivo, sabe-se que o processo de industrialização, os investimentos em capital, investimentos estrangeiros, as transferências ou transbordamento de tecnologia são importantes para estimular as exportações da região. Segundo um estudo realizado por Hidalgo e Da Mata (2003), é importante determinar os produtos com potencial para estabelecer estratégias competitivas que ajudam na inserção internacional.

A competição se altera a partir da transformação do sistema internacional e seus atores, como, por exemplo, a criação de uma instituição supranacional e o exercício comum da razão. Dessa forma, segundo Kant, “os homens aprenderiam, com o próprio agravamento dos conflitos, que é melhor evitá-los e assim criariam as instituições que fariam o tal papel.” (apud FONSECA,1994, p.8).

Por fim, percebe-se que a teoria da vantagem competitiva embasa a realidade atual, onde o Brasil possui um cenário muito positivo para exportação de alguns produtos, como os bens primários, mas, por outro lado, o real valorizado contribui para a importação de bens e torna mais difícil a exportação de manufaturados. Já os altos encargos sociais e fiscais, juros e falta de infraestrutura, contribuem para diminuir a vantagem competitiva em relação à China, que se encontra num estado de crescimento elevado e com moeda valorizada, algo que provoca o incremento das exportações, principalmente de manufaturados com alto valor agregado, e a importação de bens primários, como minérios de ferro, soja e celulose.

Por isso, China e Brasil buscam estreitar essa relação Sul-Sul, concretizada através das exportações e importações, o que torna necessário uma maior parceria, visto que melhor que competir é cooperar. E, segundo Porter (1999), as alianças devem ser de forma seletiva, isto é, criar elos para desenvolver atividades não essenciais e ter cautela para não criar dependência entre os diferentes atores, sejam países ou outros quaisquer organismos. Isso é substancial para a permanência no mercado internacional, verificando-se que Brasil e China parecem trilhar esse caminho como forma de tornar vantajosa para si essa aproximação comercial. Pernambuco, por entender que a China se tornará a potência mundial, vem tentando estabelecer uma relação comercial e assim buscar sua inserção internacional de forma estruturada, baseado nas ideias aqui estudadas e conforme será analisado nos demais capítulos.

2.3 Indicadores de Competitividade

O conhecimento dos produtos que detêm vantagem comparativa no comércio internacional é de extrema relevância para a formulação de

estratégias de crescimento e para o bem-estar econômico de uma determinada região ou país. A determinação de tais produtos permite estabelecer estratégias sólidas de inserção internacional para a economia em um mundo que é, cada vez mais, globalizado e competitivo. (HIDALGO; DA MATA, 2005, p.967)

Portanto três indicadores foram utilizados para identificar os produtos produzidos no estado de Pernambuco, que possuem vantagem comparativa no mercado internacional, classificados por seus NCMs – Nomenclatura Comum do Mercosul. São eles: a vantagem comparativa revelada, comércio intraindústria e o índice de concentração das exportações.

2.3.1 Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

Entre as teorias da vantagem comparativa, as mais importantes são a teoria ricardiana do comércio internacional, que afirma que as vantagens comparativas são determinadas por um único fator: a produtividade do trabalho. E a teoria H-O, que enfatiza que os bens intensivos em fatores em abundância devem ser exportados e os bens de fator em escassez deverão ser importados.

Assim, o crescimento econômico é alcançado via maior eficiência na alocação de recursos, e o melhor local que estimula a eficiência é o comércio internacional.

Dessa forma, utiliza-se o índice da vantagem comparativa revelada (VCR) a fim de mensurar a vantagem dos produtos comercializados internacionalmente por Pernambuco. O conceito da VCR é definido por

Uma economia objeto apresenta a vantagem comparativa revelada, se sua exportação de um determinado produto, comparada com a exportação do mesmo produto de uma economia – referência, for maior que o peso relativo das exportações totais da região-objeto versus o da região - referência. (HIDALGO; MATA 2005, p.969)

As contribuições mais importantes para essa questão são devido a Balassa, (1965) que trabalha o conceito de vantagens comparativas reveladas, tendo como ideia de fundo o *market share*.

$$VCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_{iz}}}{\frac{X_j}{X_z}} \quad (1)$$

Sendo os valores US\$ FOB:

X_{ij} = é o valor das exportações do produto i da região j ;
 X_{iz} = é o valor das exportações do produto i da região z ;
 X_j = é o valor total das exportações da região j ;
 X_z = é o valor total das exportações da região z ;

Se a $VCR_{ij} > 1$, então o produto i apresenta vantagem comparativa revelada e, se a $VCR_{ij} < 1$, então o produto i apresenta desvantagem comparativa revelada. Nota-se que o valor das importações é descartado devido às políticas protecionistas existentes na época.

O cálculo da VCR feito por meio da fórmula (1) está baseado exclusivamente no valor das exportações, por considerar que as importações são muito afetadas por medidas protecionistas dos parceiros comerciais.

A crítica a esse indicador é que, apesar de descrever o comércio realizado, não consegue, avaliar se os padrões são ou não ótimos. Conceitualmente, os custos comparativos definem uma ordem das diferentes mercadorias a serem produzidas em termos de vantagem comparativa, e a separação ou definição de quais produtos serão exportados e quais serão importados será definida pela taxa de câmbio em relação à paridade do poder de compra (PPP). Contudo, caso a taxa de câmbio se reflète no PPP, a competitividade em relação à média mundial definirá a estrutura das vantagens comparativas. Mas, se a taxa de câmbio estiver valorizada, produtos que possuem vantagens comparativas serão penalizados, tornando-se produtos não-competitivos. Notar que as oscilações na taxa de câmbio nos últimos anos têm influenciado bastante nas exportações brasileiras.

2.3.2 Comércio Intraindústria Agregado (CIIA)

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o exterior, baseado nas exportações determinadas por uma pauta de bens primários, abundantes da

vantagem comparativa e mão-de-obra não especializada, terminou por despertar o interesse na teoria do comércio interindústria.

Porém, uma tendência do crescimento do comércio intraindústria estabelecido nas trocas entre esses países devido ao aumento da similaridade tecnológica resultou no alargamento desse comércio, que pode ser definido como troca de produtos classificados dentro de um mesmo setor industrial.

Esta seção busca mensurar e avaliar o comércio intraindustrial de Pernambuco comparando com o do Brasil. Esse índice foi calculado com base no índice sugerido por Grubel e Lloyd (CIIA), com base na seguinte fórmula:

$$CIIA = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (2)$$

Em que X_i e M_i representam o valor das exportações e importações do produto i , respectivamente. O valor numérico desse índice situa-se no intervalo entre zero e a unidade. Se o $CIIA=0$, configura-se como comércio interindústria, se $CIIA=1$ torna-se um comércio intraindústria pleno.

Segundo Hidalgo (1998), o fenômeno do comércio intraindústria mostra que, em alguns produtos, a competitividade é determinada por outras variáveis e não apenas pelas dotações relativas de fatores de produção, assim como afirma a teoria tradicional. Dessa forma, o comércio intraindústria pode ser visto com certo otimismo por parte das regiões semi-industrializados, abundantes em trabalho e com capital escasso, que não terão que, necessariamente, limitar as suas exportações a apenas alguns produtos específicos, intensivos em fator abundante.

2.3.3 Índice de Concentração das Exportações (ICP)

Um país com estrutura de exportações pouco diversificada, e até restrita a poucos produtos primários, pode apresentar desequilíbrios estruturais graves diante de mudança no mercado. A concentração pode gerar instabilidade da receita de exportações. Argumenta-se que, nessas condições, o setor externo pode representar uma restrição severa ao crescimento, quando a sua dinâmica não é capaz de gerar os recursos para o crescimento. (HIDALGO; DA MATA, 2004, p.267)

Nesta seção do presente trabalho, apresentaremos o indicador do grau de concentração, usado para mensurar o grau da concentração das exportações em Pernambuco. O indicador utilizado para mensurar a concentração das exportações em relação aos produtos é o coeficiente de Gini-Hirschman. Esse coeficiente foi utilizado originalmente pelo economista americano Albert Hirschman, usado para medir a concentração regional das exportações, com o argumento que a concentração em alguns produtos pode gerar mudanças bruscas nas receitas das exportações. Esse índice é determinado pelos fatores estruturais da oferta e demanda das exportações do país.

Porém esse índice possui limitações e pode ser influenciado por agregação de grandes grupos de produto, isto é, uma diversidade de produtos distintos sob uma mesma classe.

O Índice de concentração por produtos (ICP) é calculado com base na seguinte expressão, de acordo com Love (1979):

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left(\frac{x_{ij}}{X_j} \right)^2} \quad (3)$$

Onde X_{ij} representa as exportações do bem i pelo país j , e X_j representa as exportações totais do país j . O valor desse índice está definido no intervalo entre 0 e 1.

Um país com índice ICP elevado significa que tem as suas exportações concentradas em poucos produtos, restritas. Por outro lado, um índice ICP baixo reflete maior diversificação de produtos na pauta de exportações, significa que o Estado possui uma pauta de exportação mais equilibrada com participação mais distribuída entre o número de produtos, uma maior estabilidade nas receitas cambiais, que favorece a uma estabilidade em termos de troca.

O coeficiente de concentração, o ICP, é influenciado por vários fatores estruturais. O primeiro é o nível de desenvolvimento econômico, pois a

diversificação das exportações reflete uma estrutura produtiva complexa; caso a região ou país se especialize na produção de determinados bens que são intensivos no fator abundante é possível que um ICP elevado possa refletir esse viés.

O segundo ponto é que a concentração de produtos é influenciada negativamente por um polo comercial, que resulta numa maior diversificação quanto mais próxima a economia estiver de um polo comercial. E, por fim, o tamanho da economia, qual uma economia pequena, tem menos possibilidades de produção em escala de uma maior diversidade de produtos, logo o ICP será maior.

Contudo, deve-se notar que o problema da limitação do índice é representado pela questão da agregação. Quanto mais agregados forem os dados sobre o comércio exterior de uma região, mais comprometido torna-se o ICP.

Conforme os estudos feitos por Hidalgo e Da Mata em 2004, período de 1996 a 2002, os índices de Pernambuco mostraram uma alta concentração em poucos produtos, e o processo de redução dessa concentração é relativamente lento.

Em outro trabalho, Hidalgo e Da Mata (2005) identificaram que, nesse mesmo período (1996-2002), a pauta da exportação de Pernambuco esteve concentrada no açúcar e revelou o aparecimento de novos produtos, como frutas e gesso, produzidos no Sertão do Estado.

Dessa forma, estaremos atualizando esses dados e verificando se a pauta manteve-se concentrada nesses mesmos produtos ou se, com a abertura comercial e o aparecimento de uma nova economia, como a da China, que está incessantemente em busca de matérias-primas, produtos sobre os quais possuímos vantagens comparativas, se tornou desconcentrada ou não.

CAPÍTULO 3

DESEMPENHO E ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR DE PERNAMBUCO

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é conhecer melhor o comércio exterior de Pernambuco, analisar o seu crescimento e estrutura, além de identificar produtos com vantagens comparativas. Conforme explicado no capítulo anterior, utilizamos os indicadores supracitados com a finalidade de conhecer melhor a concentração da pauta de exportação pernambucana, avaliar os produtos com vantagem comparativa revelada e mensurar o grau de comércio intraindústria do Estado, baseado em 14 grupos de produtos (ver Apêndice 1 sobre o critério de agregação utilizado).

O Brasil, no começo da década de 80, passou por uma grande recessão, em 1984, o país começou a retomar seu nível de atividade e voltou a crescer. Essa fase perdurou até 1987, com o crescimento médio 6% ao ano. Da mesma forma, a economia de Pernambuco se vê influenciada por esse crescimento econômico brasileiro e aos poucos voltou a crescer.

Em relação às exportações de Pernambuco durante o período de 1980-2004, estas tiveram o pior desempenho quando comparado com os outros estados do Nordeste, registrando, de 1995-1999, uma performance negativa de 17,5% em média (ver a respeito Galvão(2005)). O que contribui para desacelerar o crescimento econômico do estado.

Após essa fase, os dados mostram que, a partir de 2003-2010, há um relativo crescimento econômico no Estado perante a economia nacional, registrando, em 2010 um crescimento maior que o crescimento do país. Esse crescimento do Estado pode ser explicado, em parte, pela elevação das exportações de Pernambuco para as diversas regiões.

3.2 Estrutura da Exportação de Pernambuco

Durante a década de 80 a 90, a economia de Pernambuco se caracterizava pelo seu relativo fechamento ao comércio internacional, fase em que a região Sudeste sofria o processo de industrialização e passava a fornecer insumos e produtos finais.

Segundo Hidalgo e Da Mata (2004, p. 265), em 2004 “o coeficiente de abertura, definida como exportações mais importações como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), situa-se por volta de 5%.” A pauta de exportação, durante o período 1996-2002, era concentrada em produtos primários, e o desempenho dos manufaturados estava aquém do desejado. Para os autores, parecia faltar um incentivo à inserção internacional, sendo necessária uma realização de esforços para identificar os produtos onde o Estado teria maior potencial comercial.

Ao longo dos anos, as exportações de Pernambuco, em relação ao comércio internacional, ficaram muito abaixo ao serem comparados aos números do Nordeste e do Brasil. Segundo Hidalgo e Da Mata (2004), no ano de 2002, as exportações do Estado representaram apenas 0,53% das exportações brasileiras, devido ao não aproveitamento das vantagens comparativas regionais, apesar do crescimento econômico no período de 1997-2000. Isso mostra que havia uma preferência das empresas nacionais em atender o mercado interno em vez de se inserir no comércio internacional.

Porém, outros fatores contribuíram para o baixo desempenho das exportações. Primeiramente, a demanda das exportações foi afetada pela política comercial adotada pelos países desenvolvidos, como a implementação de barreiras não tarifárias.

Isso dificulta a expansão das exportações de bens intensivos em recursos naturais e em trabalho, fatores abundantes nessas regiões. O sistema de cotas de importação do açúcar, os Acordos das Multifibras e o sistema de tarifas moduladas são exemplos de restrições comerciais que têm afetado as exportações de produtos dos países e regiões em desenvolvimento. Essas barreiras comerciais não apenas limitam o volume de alguns produtos a serem exportados, mas também privilegiam a exportação de mercadorias não-beneficiadas, dificultando a exportação de produtos de maior valor agregado. (HIDALGO; DA MATA,2004,p.266)

Em relação aos produtos agrícolas nacionais, os países industrializados estabelecem subsídios contra esses produtos, e as regiões como Pernambuco, mesmo que possuam vantagem comparativa, ficam impossibilitadas de competir com os produtos desses mercados. A exemplo, tem-se o setor de açúcar e álcool, que, além desses fatores externos, tem o baixo volume exportado relacionado à perda de competitividade.

Segundo Hidalgo e Da Mata(2004), no período de 1996-2002, o açúcar , o principal produto exportado, diminuiu sua participação de 49,7%, em 1996, para 34,4%, em 2002, um declínio de participação de 15%.

Considerando esse mesmo período, podemos ver que a pauta de exportação de Pernambuco estava concentrada em açúcar, frutas, peixes-crustáceos e máquinas e aparelhos elétricos, representando 70% do total exportado em 2002. Em relação ao capítulo peixes-crustáceos, o aumento de participação na pauta é explicado pelos investimentos realizados por empresas nesse setor. Em relação às frutas, devem-se considerar os grandes investimentos do setor público e privado na região do Vale de São Francisco. Já as máquinas e equipamentos constituem durante esse período, a quarta posição na pauta de exportação, devido à competitividade desenvolvida pelas empresas no setor.

Conforme visto acima, Pernambuco, durante o período de 1996 a 2002, ainda era considerado um Estado fechado ao comércio internacional, seja devido à implementação de barreiras dos países industrializados ou pela preferência das empresas em atender ao mercado interno. Com a intenção de atingir os objetivos, o governo do Estado começou a incentivar o comércio internacional, estimulando os investimentos, através da infraestrutura, como a criação do Porto de Suape, que trouxe para Pernambuco um grande avanço em relação às outras cidades, a fim de aumentar a produção exportável e diminuir os custos, mas, principalmente, para desenvolver e aproveitar as vantagens competitivas e os recursos naturais.

É importante considerar que a capacidade de uma região, como a de Pernambuco, aproveitar as oportunidades de crescimento na demanda de exportações por produtos agrícolas e manufaturados está afetada pelas

decisões políticas comerciais, adotadas pelos países industrializados, que têm limitado setores com vantagens comparativas. Um dos setores que mais tem sofrido é o setor agrícola, devido aos altos subsídios implantados pelos países industrializados, mesmo quando existem qualidade e custos competitivos ao mercado externo, pois não existem recursos financeiros suficientes para sustentar esses subsídios agrícolas, por isso a necessidade de acordos comerciais como o GATT- Rodada do Uruguai, para ajudar a exportação desses produtos, como o açúcar, frutas, peixe e crustáceos, dentre outros.

No que se referem aos destinos, de 1996-2002, segundo Hidalgo e Da Mata, as exportações de Pernambuco apresentaram, em sua maioria, particularidades, revelando a contínua importância da África, o bloco Nafta e a União Européia, durante esses sete anos, como os destinos mais importantes dos produtos de Pernambuco.

Para a África, em 1996, o principal produto exportado foram pólvora e explosivos. No mesmo ano, para o Nafta, os produtos mais exportados foram peixes e crustáceos; e, para a União Europeia, a pauta de exportações de PE foi concentrada em peles e couros.

Em 2002, a pauta de exportações para esses destinos mudou um pouco. Para a África, o produto mais exportado foi o açúcar; para o bloco Nafta a pauta concentrou-se em gesso, cimento e amianto; e, para a União Europeia, os produtos químicos ganharam destaque.

Em relação aos principais produtos exportados pelo Estado, o açúcar, o principal produto da pauta de Pernambuco, tem como destino basicamente a Rússia, o Oriente Médio e a África. Em 2002, esse grupo importou mais de 80% do açúcar exportado pelo Estado. Peixes e crustáceos tiveram como destino o Nafta, nesse mesmo ano, em 2002, com 68,4%; já as frutas tiveram como destino a União Europeia com 65,5% nesse mesmo ano. E, por fim, máquinas e equipamentos tiveram seus destinos divididos entre o Nafta e a União Europeia, com 78,6% em 2002.

A partir de 2003, Pernambuco vivencia um *boom* em seu comércio exterior, a performance do Estado recupera a posição no ranking e se aproxima

do Ceará. O açúcar, apesar de continuar liderando a pauta de exportação de Pernambuco, não mais explica essa desenvoltura do Estado, pois 80% da pauta foram oriundos de outros produtos como frutas, peixes crustáceos, fumo e bebidas. Notar que não houve substituição do açúcar por outra *commodity* nem produtos marcantes de intensidade tecnológica, mas novos produtos, alguns que haviam desaparecido da pauta de exportação.

Depois de experimentar uma redução no seu valor exportado em 2002, de 4,5%, as exportações pernambucanas acompanham a quase explosão do crescimento do comércio exterior nordestino, registrando evolução de suas vendas internacionais de 28,4%, em 2003 e de 25,8%, respectivamente, nos anos de 2003 e 2004. Mais surpreendente ainda é a evolução das exportações pernambucanas nos dez primeiros meses do ano de 2005 (período de janeiro/outubro): não crescerem em 66,54% em relação ao mesmo período do ano anterior (de longe o maior crescimento dentre todos os estados nordestinos), Pernambuco é o único estado, juntamente com a Bahia, que, nos dez primeiros meses do corrente ano de 2005, já havia ultrapassado todo o valor exportado referente aos doze meses do ano de 2004. (GALVÃO;2005,p.433)

Essa boa fase do Estado foi influenciada também pelas condições externas favoráveis ao Brasil e Nordeste, pois os preços das *commodities* se expandiram no mercado internacional, além dos combustíveis e lubrificantes, que marcaram a pauta devido ao novo aeroporto e à expansão do complexo de Suape.

A Tabela (1) apresenta dados atualizados sobre a estrutura das exportações de Pernambuco e a última coluna da Tabela apresenta a taxa média anual de crescimento durante o período de 2003 -2010. Analisando-a, percebe-se que o setor de alimentos, fumo e bebidas é o setor mais importante do Estado, com exceção de 2005 e 2007, que tiveram seus números reduzidos para 45,13% e 49,55% respectivamente. Essa concentração do grupo de alimentos, fumo e bebidas vêm aumentando, tornando-se, em 2010, quase 61% das exportações de Pernambuco.

TABELA 1 – Estrutura das exportações de Pernambuco segundo capítulos/períodos (%)

CAPÍTULOS/ PERÍODOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TAXA DE CRESC. (2003- 2010)
ALIMENTOS,FUMO E BEBIDAS	54,98	51,84	45,13	51,82	49,55	53,37	58,23	60,87	17,0

MINERAIS	4,96	2,88	5,92	1,60	1,45	2,63	1,16	0,71	-13,0
PRODUTOS QUÍMICOS	2,48	2,35	2,41	1,38	1,28	0,46	0,08	0,06	-33,0
PLÁSTICOS E BORRACHA	7,44	7,41	11,13	13,79	18,88	15,46	19,72	18,81	31,5
CALÇADOS E COURO	2,76	2,82	2,03	2,84	2,97	1,98	0,81	0,94	-1,0
MADEIRA E CARVÃO VEGETAL	0,05	0,02	0,01	0,03	0,01	0,01	0,02	0,0	-33,0
PAPEL E CELULOSE	0,46	0,27	0,46	0,37	0,32	0,16	0,07	0,06	-14,5
TEXTIL	10,04	5,84	4,77	4,82	2,81	2,58	1,57	1,75	-10,0
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1,96	2,77	3,21	3,85	3,31	2,77	1,75	1,37	10,0
METALURGIA	5,59	10,10	11,48	6,69	6,19	6,19	5,96	3,56	8,0
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7,96	6,88	7,15	9,02	8,31	7,86	5,94	6,41	11,8
MATERIAL DE TRANSPORTE	0,02	0,03	0,06	0,09	0,06	0,34	0,04	0,01	-1,0
ÓTICA E INSTRUMENTOS	0,12	0,08	0,22	0,41	0,51	0,32	0,26	0,21	24,5
OUTROS	1,19	6,71	6,02	3,29	4,35	5,87	4,37	5,24	42,5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

O segundo grupo de produtos é o de plásticos e borrachas, setor este que tem tido crescimento de taxa média anual bastante elevada. Tendo em vista a implantação de novas fábricas no estado durante esses últimos 10 anos, como a Tramontina Delta que produz plásticos e suas obras.

Ao analisar o setor têxtil percebe-se que em 2003 tinha uma participação de 10,4%, porém teve uma redução na participação das exportações desse produto e em 2010 registrou, apenas, 1,75%, gerando um crescimento negativo de 10,0%. Essa queda deve-se a perda competitividade perante os países asiáticos como Índia e China. Assim como o setor de calçados que vem também sofrendo com essa concorrência asiática.

Referente ao setor de máquinas e equipamentos, que teve destaque no período de 1996 -2002, no período de 2003-2010 apesar de ter registrado 11,8% de crescimento médio, durante os anos 2006 a 2009 veio caindo,

anualmente, a participação. Porém, em 2010 voltou a crescer e registrou participação nas exportações de 6,41%. Apesar de um número baixo comparado com 2006, seu melhor ano (9,02%), espera-se que o setor tenha seus números revertidos positivamente com a implantação do Complexo Industrial de Suape e suas empresas.

É notória na pauta de exportação de Pernambuco a alta concentração em poucos produtos, como o grupo de alimentos, fumos e bebidas; plástico e borracha e por fim máquinas e equipamentos. Com efeito, de 2010 a participação desses 3 setores na pauta das exportações do estado chegou a 86%, registrando uma alta concentração em sua maioria em produtos primários e outra parte em produtos manufaturados.

Essa concentração no grupo de alimentos, fumo e bebidas é determinada sobretudo pelo crescimento das exportações de frutas, açúcar, peixes e crustáceos, conforme se pode avaliar acima.

Os produtos, como os plásticos e borrachas, que não tinham quase participação, passaram a ser visivelmente um dos produtos mais exportados, devido aos investimentos realizados pelo setor privado e público, aliados ao crescimento da demanda internacional, atingindo a taxa de crescimento média 31,5% durante os sete anos analisados.

TABELA 2 – Estrutura das exportações de Pernambuco segundo produtos (%)

CAPÍTULOS / PERÍODOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Taxa de crescimento
AÇUCAR	24,58	29,79	24,40	26,03	23,45	29,32	38,87	44,78	25,5
PEIXES E CRUSTÁCEOS	12,13	7,47	5,55	5,95	5,81	4,03	1,62	1,27	-16,0
FRUTAS	15,58	9,48	10,80	12,83	15,14	14,96	11,44	11,85	10,50
BEBIDAS/ALCOOL	1,47	2,74	3,07	5,26	2,85	2,27	2,48	0,43	-3,0

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Na Tabela (2), apresentamos a estrutura das exportações de Pernambuco de forma mais desagregada, segundo os principais produtos da pauta, mostrando que os alimentos, como açúcar e frutas, continuam sendo os

principais produtos exportados, embora tenham sofrido oscilações de 2004 a 2008, voltando a crescer suas participações a partir de 2009.

Tendo em vista o crescimento da demanda mundial por commodities e o aumento dos preços, durante o ano de 1996, o açúcar registrou 10,74% em sua participação na pauta de exportações de Pernambuco, passando para 44,78% em 2010. Da mesma forma, as frutas que tinham uma participação de 4,72% na pauta de exportação do Estado, passaram a ter, em 2010, uma participação relativa a 11,85% em 2010.

O terceiro grupo mais importante entre os produtos do grupo alimentos são peixes e crustáceos, que apresentam certa instabilidade na participação das exportações do estado, e vem diminuindo sua participação, registrando uma taxa de crescimento negativa de 16% durante esse período. A maior participação desse produto nas exportações do estado foi em 2003, alcançando a taxa de 12,13%. Essa queda nas exportações de peixes e crustáceos se deve parcialmente às restrições impostas pelos Estados Unidos, à importação de camarões e ao desestímulo devido à valorização do real.

Os produtos bebidas e álcool, que não tiveram o mesmo desempenho de crescimento dos demais itens mais exportados por Pernambuco, chegaram a responder com crescimento negativo de 3%, conforme a Tabela 2.

Portanto, o grupo de alimentos, fumo e bebidas, durante o período analisado teve um crescimento de 25,5% na pauta das exportações do Estado, dividindo a pauta praticamente com plásticos e borracha, que cresceram 37% na pauta de exportação de Pernambuco, e máquinas e equipamentos.

3.3 Destino das Exportações de Pernambuco

Analisando a estrutura da pauta de exportações de Pernambuco de 2003 a 2010, segundo os blocos econômicos e a demanda por produtos produzidos no Estado, os destinos das exportações de Pernambuco nos anos de 2003 para o bloco Nafta registrou taxa de 9,33%, em 2004, 9,13%; e em 2006, 14,90%. Já em 2005 (16,73%) e 2010 (38,51%), os produtos exportados

pelo estado, em sua maioria, foram destinados à Ásia. Em 2007, as exportações de Pernambuco foram mais concentradas para a União Europeia, registrando 16,73%; e, por fim, em 2008 e 2009, para a África, com 20,55% e 20,01%, respectivamente.

Notar que não houve, em nenhum momento, durante esses 7 anos, o Mercosul como sendo o principal destino, mesmo existindo um ambiente favorável a isso, devido à integração econômica existente entre os países participantes, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Baseada na Tabela (3) abaixo, pode-se enxergar um predomínio do Nafta como principal destino das exportações do estado de Pernambuco, durante os três anos de 2003, 2004 e 2010. Esse número se deve às grandes importações por parte do bloco de produtos, como peixes e crustáceos, e açúcar. O segundo mercado mais importante para as exportações do estado de Pernambuco é representado pela África e, respectivamente, pela Ásia e União Européia.

TABELA 3 – Destinos das Exportações de Pernambuco por Blocos/ Regiões (%)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
África	4,30%	8,85%	9,13%	9,72%	11,81%	20,55%	20,01%	15,63%	100
U E	8,56%	8,42%	11,85%	13,09%	16,73%	14,07%	10,12%	17,16%	100
Mercosul	5,44%	6,56%	9,79%	10,83%	14,67%	17,91%	14,42%	20,38%	100
Nafta	9,33%	9,13%	16,05%	14,90%	15,23%	12,73%	11,45%	11,19%	100
Ásia	4,21%	4,92%	16,73%	9,15%	8,62%	11,86%	5,99%	38,51%	100

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Conforme mostra a Tabela (4), as exportações de Pernambuco foram concentradas no bloco Nafta. Esse bloco importou, em sua maioria, em 2003, peixes e crustáceos, registrando 57,59% da quantidade total exportada pelo Estado, mantendo o mesmo número registrado em 2002. Também em grande quantidade, Pernambuco exportou para esse bloco, em 2003, açúcar, alcançando os 49,16% do total exportado pelo Estado, ou seja, os produtos que possuem a maior parte da pauta de exportações de Pernambuco são destinados, em sua maioria, ao bloco Nafta.

Já em 2010, o bloco Nafta aumentou suas importações de peixes e crustáceos, praticamente consumindo quase toda a produção local exportado, atingindo 91,27%. Em compensação, diminuiu a participação da importação de açúcar, quase que pela metade, passando para 23,45%, mudando o destino desse produto para a África, alcançando 32,29% das exportações do Estado.

O inverso do açúcar aconteceu com bebidas/álcool que, em 2003, eram destinadas à África 51,31% do total e, em 2010, foram destinados ao Nafta, 68,92% do total. Já as frutas tiveram como principal destino o mercado da União Europeia em 2003 assim como em 2010, alcançando 77,18% e 79,50%, respectivamente.

A análise dos dados do comércio exterior de Pernambuco diz respeito ao comércio estadual, identificando uma forte especialização em produtos do grupo de alimentos, fumo e bebidas, produtos de baixo valor agregado, limitando a pauta de exportações de Pernambuco. E, conforme mostrado nas tabelas acima, nesses 2 anos, 2003 e 2010, boa parte dos produtos foram destinados ao Nafta, isto é, em parte, as exportações são devidas à existência de cota de açúcar para importações norte-americanas.

TABELA 4 – Estrutura das exportações dos principais produtos de Pernambuco segundo blocos ou regiões (%)

2003						
PRODUTOS	África	União Europeia	Mercosul	Nafta	Ásia	
Peixes e Crustáceos	0,09%	41,63%	0,35%	57,59%	0,34%	100
Fruta	0,40%	77,18%	0,40%	21,62%	0,40%	100
Açúcar	35,39%	13,66%	1,79%	49,16%	0,00%	100
Bebidas/ Álcool	51,31%	23,97%	0,95%	8,50%	15,28%	100

2010						
PRODUTOS	África	União Europeia	Mercosul	Nafta	Ásia	
Peixes e Crustáceos	0,00%	4,07%	2,33%	91,27%	2,33%	100

Fruta	0,87%	79,50%	0,03%	19,54%	0,07%	100
Açúcar	32,29%	32,66%	0,00%	23,45%	11,61%	100
Bebidas/ Álcool	0,45%	30,58%	0,04%	68,92%	0,00%	100

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Devido à importância da China e por ser uma potência mundial, este trabalho fará um breve apanhado sobre as relações entre Brasil, Nordeste e Pernambuco para com a China. Identificando esse comércio pequeno, porém promissor.

3.4 Relações Comerciais com a China

Pernambuco tem crescido e ganhado representatividade a cada ano, porém, historicamente é caracterizado por ser uma economia relativamente fechada. Nesses últimos anos, tem iniciado sua abertura comercial e crescido consideravelmente com taxas maiores que as do Brasil.

Com essa abertura comercial, Pernambuco tem buscado parceiros ao redor do mundo que queiram investir no estado ou comercializar os produtos produzidos aqui. Ao avaliar a emergência da China como potência global, vale destacar, dentre as relações comerciais de Pernambuco com o mundo, essa pequena e iniciante relação entre Pernambuco e China, e dedicar um capítulo especial a esse assunto, pois acredita-se que, mesmo não tendo atualmente volume comercial significativo, talvez, no futuro, esses números sejam modificados e ampliados.

3.4.1 A ascensão da China: nova potência mundial e suas relações comerciais com o Brasil

Na década de 90, o Brasil iniciou sua política de liberalização do comércio externo a fim de tornar a economia mais competitiva, o que contribuiu para estreitar as relações comerciais do Brasil com seus parceiros comerciais.

A emergência da China como potência global constitui uma das mudanças estruturais mais significativas no sistema econômico internacional. Esse país registrou, nos últimos 25 anos, taxas de crescimento econômico das mais elevadas no mundo, com a taxa média de 9,3% ao ano. Em 2004, era a sexta maior economia do mundo, hoje é a segunda maior economia do mundo, ultrapassando o Japão, com um PIB de US\$ 5,47 trilhões em 2010, com perspectivas de chegar, em 2020, a ultrapassar a economia americana, que possui o PIB de US\$14,7 trilhões, segundo os dados da Revista Valor Econômico (2011).

Considerado a China como “fábrica do mundo”, apresentando tecnologia de ponta e comércio exterior dinâmico, essa performance econômica se deve a um processo de crescimento extensivo, que resulta do aumento de fatores de produção, com base em investimentos e exportações, assim como a evolução positiva do capital humano e a melhoria dos níveis educacionais e de qualificação.

O investimento representa mais de 45% do PIB chinês, concentrado em infraestrutura, construção, imobiliário e na indústria, com destaque particular para importação de aço, alumínio, automóveis, cimento e alimentos, como soja, dentre outros. As exportações têm crescido em torno de 30%, mostrando que o forte sucesso da China está ligado e dependente da ação dos investidores estrangeiros e parceiros comerciais, segundo Neves(2006).

Todo esse “boom” da economia tem o lado negativo, pontos vulneráveis como a fragilidade do setor financeiro, devido à baixa taxa de juros; problemas ambientais; desemprego devido ao êxodo da população do campo para as cidades, além da fraca “democracia”.

Todas as transformações e tensões internas da China têm um reflexo na sua política externa, que se tornou muito mais proativa, como o crescente grau de integração da economia chinesa na economia global, dependente das exportações e dos investimentos externos diretos (IDE). Assim, a China tem procurado acessar novos mercados e diversificar a dependência das exportações chinesas, buscando relações com a América Latina e África, diversificando suas fontes energéticas: abastecimento de petróleo e gás

natural. Isso reduz sua dependência do Oriente Médio. Segundo Neves (2006), a China tem “sede por insumos” que estimulam o comércio intrarregional e cresce 20% a cada ano, sendo chamada de “cadeia pan-asiática de suprimentos”

O ex-presidente Ernesto Geisel fez sua primeira viagem à China, iniciando as relações sino-brasileiras, segundo Villela (2004), visando a esse crescimento chinês e a ampliar suas relações diplomáticas. O Brasil suscita interesse na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos, à medida que a China se especializa e dinamiza a produção de produtos manufaturados.

“Segundo estatísticas da Alfândega da China, no ano de 1974 em que dois países estabelecem relações diplomáticas, o valor total do comércio foi de US\$17,42 milhões, até 1979, esta cifra aumentou para US\$ 216 milhões, sendo 12 vezes do valor do ano de 1974. Durante a década de 80, o valor total do comércio bilateral chegou em média aos US\$ 755 milhões por ano, e na década de 90, aumentou para US\$ 1,494 bilhões. No último ano do século XX, o valor total do comércio bilateral alcançou US\$ 2,845 bilhões, e no ano de 2001, o volume comercial aumentou 30% em comparação com o ano de 2000, atingiu US\$ 3,698 bilhões, sendo 211 vezes maior do que o ano de 1974.” (VILLELA, 2004, p.5-6)

A China, país com cerca de 1,4 bilhão de habitantes, segundo os dados da Revista Valor Econômico, possui dois terços de sua área formado por montanhas, regiões rochosas e deserto, portanto boa parte do solo é impróprio para a produção de alimentos, o que explica a necessidade e os números de produtos agrícolas importados pela China.

O Brasil, antes possuía como principais destinos das exportações, os Estados Unidos e a Alemanha. Hoje, com o crescimento da China e sua demanda interna pelos produtos brasileiros, a China passou a ser o primeiro destino do ranking das exportações, sendo destinado ao país 13,3% do total das exportações brasileiras, segundo Feistel e Hidalgo (2011). Já em relação às importações brasileiras, percebe-se que o Brasil importa, em sua maioria, dos Estados Unidos, ficando a China em segunda posição.

TABELA 8- Principais Parceiros em 2010 do Brasil

Importação	USD \$	Part.(%)	Exportação	USD \$	Part.(%)
Estados Unidos	27.249	15,0	China	30.786	15,3
China	25.593	14,1	Estados Unidos	19.462	9,6
Argentina	14.426	7,9	Argentina	18.523	9,2
Alemanha	12.552	6,9	Países baixos	10.228	5,1
Coréia do Sul	8.422	4,6	Alemanha	8.138	4,0
Japão	6.982	3,8	Japão	7.141	3,5
Nigéria	5.920	3,3	Reino Unido	4.635	2,3
Itália	4.838	2,7	Chile	4.258	2,1
França	4.800	2,6	Itália	4.235	2,1
Índia	4.242	2,3	Rússia	4.152	2,1

Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX e Valor Data.

Nos últimos anos a China, tem importado de diversos países soja em grãos e óleo, minério de ferro, laminados e semimanufaturados de aço e ferro, automóveis, peças, acessórios para tratores, couro, madeira, celulose e papéis. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 54% das exportações brasileiras são de produtos primários, 21% de bens semimanufaturados e 24% manufaturados. Esses números vêm crescendo e se diversificando a cada ano.

Notar que apesar do aumento desses números, o Brasil não consegue exportar mais produtos, como a carne bovina, frango, farelo e óleo de soja, devido às altas alíquotas impostas pelo governo chinês.

Referente às exportações da China para o Brasil, desde 2002, houve um aumento de 38% em compras brasileiras de produtos chineses e, a cada ano, esses números aumentam, estreitando as relações comerciais entre Brasil e China. Notar que, em sua maioria, são bens manufaturados, de alta tecnologia e valor agregado.

TABELA 9 – Importações da China

Em US\$ milhões	2010	2009	Var.(%)
Outras partes de aparelhos receptores e transmissores	1.178,4	477,4	146,84
Dispositivos de cristais líquidos (LCD)	501,1	427,1	17,32
Outras Partes para aparelhos de telefonia /telegrafia	445,9	413,6	7,81
Tela para microcomputadores portáteis, policromática	406,3	239,1	69,89
Lâmpadas e tubos fluorescente	273,9	123,6	121,54

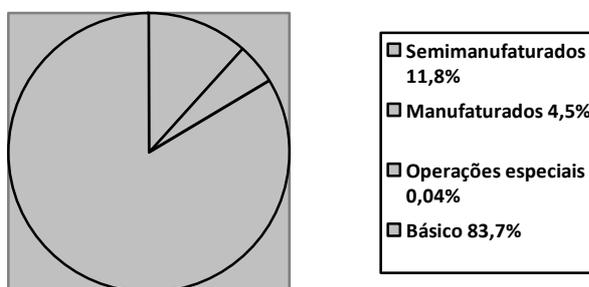
Aparelhos de ar-condicionado "split system"	253,5	46,1	449,62
Circuitos Impressos	252,1	159,6	57,96
Outros circuitos Integrados	246,7	195,8	25,99
Terminais portáteis de telefonia celular	246,3	167,5	46,98
Circuitos Impressos com computadores, elétricos/eletrônicos	236,5	129,6	82,49
Outros	21.552,6	13.531,6	59,28
Total das Importações	25.593,1	15.911,1	60,85

Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX e Valor Data.

As exportações do Brasil para a China, além dos produtos já vendidos, há oportunidades para outros produtos brasileiros, como vinho, cachaça, madeira bruta e processada, frutas, chocolates, açúcar, álcool, mel, celulose, granito, muda de plantas, etc. Alguns desses produtos já são produzidos em Pernambuco, representando, portanto, um potencial de comércio para o Estado.

Segundo Villela (2004), até 2015, a China deverá aumentar sua importação de grãos, correspondendo a 75% da produção brasileira de soja.

Indicadores (2010)	Brasil	China
Área (mil Km²)	8.514,9	9.597
Densidade Demográfica (hab./km²)	22	141
Esperança de Vida ao nascer (em)	72,9	73,5
IDH	0,699	0,663
PIB em 2010 (US\$ trilhões)	2,090	5,745 *
PIB per capita (estimado*) (US\$)	10.471	4.283



Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX e Valor Data.

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (2008), o Brasil registrou durante o período de 2000 à 2005, uma trajetória ascendente no

volume do comércio exterior, sobretudo em relação às vendas, com aumento de 17%, acima da média mundial (10%).

Com uma maior aproximação entre o Brasil e Ásia, em 2000 e 2001, as exportações brasileiras para a Ásia foram destinadas, em sua maioria, à China, que ficou apenas abaixo do valor exportado para o Japão. Já a partir de 2002, a China passa a ser o principal destino das exportações brasileiras para a Ásia, com um crescimento, também, das importações brasileiras por produtos chineses, conforme Oliveira (2004).

Nos anos de 2006 e 2008, China e Brasil tiveram um incremento na relação comercial desses países, com média anual de 50%, evidenciando que, em muitas áreas, a economia desses dois países é complementar, permitindo que o comércio bilateral saltasse, em 2004, de 9,1 bilhões para 36 bilhões em 2009, ultrapassando também os EUA como maior parceiro comercial do Brasil, conforme o Site da Embaixada Brasil e China (2010). No entanto, enfrentamos o desafio de explorar as economias locais que o Brasil tem a oferecer.

Em 2007, o Brasil publicou uma nova agenda comercial, aumentando a participação de produtos brasileiros com maior valor agregado no mercado chinês, estabelecendo 619 produtos prioritários de 48 setores, como petróleo e derivados, metais não ferrosos, papel e celulose, produtos minerais, químicos, carne de ave e suína; além de peles e couro. Porém, a China não atendeu a esse acordo e continuou a importar, em sua maioria, produtos primários, inclusive intensificando esforços para padronizar a distribuição de produtos agrícolas, segundo os dados da Embaixada Brasil e China (2008). A pauta de exportações do Brasil para a China, apesar de crescente, está concentrada em um número reduzido de produtos, na maior parte produtos básicos, “commodities” e semi-manufaturados, conforme Bahé (2007).

A evolução do comércio externo entre Brasil e China registrou três períodos distintos no decorrer da última década, segundo relatório do Banco Central: de 2000 a 2003, se intensificou com resultados favoráveis ao Brasil; de 2004 a 2008, as importações de produtos chineses situaram-se num patamar de US\$3,5 bilhões, superior às exportações brasileiras, e no terceiro período, que foi 2009 a 2010, o saldo comercial voltou a ser positivo ao Brasil.

Notar que as exportações brasileiras passaram a ser destinadas mais intensamente ao mercado chinês, que absorveu 15,2% das vendas externas brasileiras em 2010, ante 2% em 2000, conforme os dados do MDIC, segundo os quais a China se constituiu, a partir de 2009, o principal destino das exportações do país.

Mas há promessas que esse cenário mude. Recentemente, seguindo a publicação de um documento do Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio, afirmou que a China investirá US\$ 9 bilhões no Brasil, metade da quantia na indústria de alta tecnologia. No fim de 2009, 95% dos investimentos chineses no Brasil chegaram ao acumulado de US\$12,67 bilhões, os quais foram feitos na área de energia (45%), agricultura (20%), minas (20%) e siderurgia (10%). Em 2010, os investimentos aumentaram para 17 bilhões, e o Brasil pediu que os chineses iniciassem investimentos em setores diversificados para reequilibrar a balança comercial do país.

A estrutura exportadora da China e o aumento da renda média contribuíram para que a importação chinesa se concentrasse em commodities metálicos e agrícolas, destacando a soja, minério de ferro e petróleo, e apenas 8% sendo produtos manufaturados. Essa concentração é superior à assinalada com os demais parceiros comerciais, ressaltam os elevados percentuais das vendas à China, nas pautas, principalmente, da região Centro-Oeste e Norte.

O lado negativo dessa relação comercial tem um impacto direto na economia brasileira, devido à concorrência com os produtos chineses, que chega a 67% o número de empresas brasileiras que perdem clientes e 4% que deixam de exportar, segundo a Confederação Nacional de Indústria (CNI). Esse tamanho incômodo é gerado pelos custos de produtos no país asiático, com menores salários, câmbio desvalorizado e taxa de juros mais favoráveis, menor tributação e burocracia para exportação. A presença de produtos chineses aqui no país é mais concentrada em material elétrico, de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, calçados, máquinas e equipamentos, além do aumento de penetração do país asiático na cadeia produtiva brasileira com importação de matéria-prima.

Para alguns setores, como frutas, peles, tintas, produtos químicos, borracha e suas obras, farinha para animais e metais não ferrosos, o crescimento das exportações brasileiras tem superado o crescimento das importações chinesas. Esses setores estão aumentando sua participação no mercado e caracterizam-se, portanto, como boas oportunidades, tanto para o Brasil como para Pernambuco.

3.4.2 Relações Comerciais entre Nordeste e China

Ao longo dos anos, o Nordeste, que tem sido caracterizado por seu relativo fechamento ao comércio internacional, já foi considerada a região mais pobre do Brasil e, hoje, cresce em ritmo “chinês”, bem acima da média nacional. Até 2009, a economia nordestina cresceu 4,2%, enquanto a média nacional foi de 2,3%, segundo Kotscho (2010).

Hoje, a região nordestina conta com 23 novos polos de desenvolvimentos industriais e agrícolas, os quais são caracterizados por um engajamento do setor privado exportador no desenvolvimento de vantagens competitivas, exportação de novos produtos e conquista de novos mercados externos, conforme Meyer (2007).

O comércio entre o Nordeste e a China vem aumentando substancialmente, registrando movimentos cíclicos de desconcentração e reconcentração, observando déficits comerciais nos setores de médio-alta tecnologia, enquanto a região é superavitária nos setores de média- baixa tecnologia.

Esse fato se tornou mais evidente quando, em 2002, as exportações do Nordeste representavam apenas 1,7% do total exportado, a China ocupava a décima terceira posição no ranking dos principais compradores da região. Mas, em 2010, passou a participação para 15,61%, tornando a China o quinto parceiro comercial do Nordeste, conforme Feistel e Hidalgo (2011).

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (MDIC), o ano de 2010 foi marcado pelo crescimento expressivo do comércio entre a China e os estados nordestinos. As exportações de Pernambuco para a China, em 2010, são de apenas U\$ 9

milhões e as importações são de U\$ 373 milhões; Bahia e Maranhão são os únicos estados do Nordeste que possuem a balança comercial positiva em relação à China, isto é, exportações maiores que importações. Os demais estados, inclusive Pernambuco, têm uma balança comercial com a China negativa.

O Nordeste e Pernambuco, segundo Feistel e Hidalgo (2011), possuem sua pauta de exportação voltada para produtos primários, os quais sofrem um alto protecionismo dos países industrializados, e o que dificulta a exportação desses produtos. O processo de desenvolvimento e competitividade em produtos agrícolas é mais difícil e complexo que o processo de desenvolvimento de produtos manufaturados. Porém, as exportações de origem agrícola possuem um grande potencial no mercado internacional, pois fatores de produção, inclusive o clima, ajudam para que as pautas sejam concentradas em produtos primários.

Segundo Feistel e Hidalgo (2011), o grupo de alimentos e bebidas, dentro da pauta de exportação do Nordeste para a China, é o que possui maior representatividade. Porém, durante os últimos vinte anos, esse grupo não teve um padrão definido. Em 1992, representava 0,01% do total exportado para a China; em 1995, elevou substancialmente para 69,70%, em 1998 e 2003 reduziram-se novamente, e, depois, voltou a crescer.

O outro grupo de produtos primários de destaque na pauta das exportações do Nordeste para a China foi o grupo de minerais e minerais não-metálicos. Mas, assim como o grupo de alimentos e bebidas, os minerais e minerais não-metálicos sofreram, ao longo dos anos analisados, muita volatilidade em sua representatividade nas exportações nordestinas para a economia chinesa.

Referente ao grupo de manufaturados, máquinas e equipamentos, com alto valor agregado, tiveram seus números reduzidos de 1998 para 2009. Assim como metais comuns e produtos químicos, ou seja, participações nas exportações da região Nordeste relativamente baixas e não-padronizadas.

Conforme Feistel e Hidalgo (2011), no grupo de plásticos e borracha, assim como em Pernambuco, o Nordeste também teve um aumento das exportações desses produtos. Já o grupo têxtil e de calçados e couro tiveram uma queda acentuada na sua participação, isso tanto em relação aos números exportados por Pernambuco quanto pelo Nordeste.

Porém, o grupo que mais se destaca na pauta de exportações do Nordeste para a China é o grupo de papel e celulose, representando, em 2009, 54,16% do total exportado do Nordeste para esse país, segundo Feistel e Hidalgo (2011).

A China, a cada ano, conquista a posição de liderança entre os países que mais exportam para alguns estados da região Nordeste do Brasil. Em 2010, conforme Melo e Moreira (2009), quatro estados nordestinos tiveram a China como principal fornecedor externo: o Ceará, Alagoas, Paraíba e Piauí. Ao mesmo tempo em que a China conquista espaço como principal fornecedor, a China vem se transformando como um grande mercado para as exportações da região, dois deles são o estado do Piauí e do Maranhão.

Em relação às importações do Nordeste, assim como Pernambuco, importa poucos produtos primários: alimentos e bebidas, minerais e minerais não metálicos da China. O outro grupo que se destaca na pauta de importação do Nordeste é o grupo de produtos químicos é, recentemente, o grupo de máquinas e equipamentos e material de transportes teve sua participação aumentada, segundo Feistel e Hidalgo (2011).

As importações do grupo têxtil e de calçados e couros aumentaram sua participação a partir de 2003, conforme os autores supracitados, e por isso a redução desses setores é nas exportações da região. O problema é que esses dois grupos são tradicionalmente considerados como setores que são intensivos em trabalho, fator abundante na região.

Assim, analisando a estrutura do comércio entre Nordeste e China, percebe-se uma redução nas importações de produtos primários e um incremento na participação relativa dos produtos manufaturados, principalmente dos intensivos em capital e trabalho.

Porém, ao que tudo indica, a China realizará grandes investimentos em estados como a Bahia, para a produção de soja; e em Pernambuco, que se transforma em um importante mercado para produtos como máquinas pesadas. Segundo o Valor Econômico, Pernambuco poderá, no futuro próximo, receber fábricas chinesas, como a de máquinas da empresa EMC e da marca de automóveis JAC motors.

3.4.3 Relações Comerciais entre Pernambuco e China

As relações comerciais entre Pernambuco e China, pode-se dizer que estão em fase inicial. Pernambuco está vivendo, nos últimos 3 anos, um “boom” econômico, no segundo trimestre de 2010, segundo Jornal do Comércio, o crescimento de Pernambuco foi de 12,9% assim como a China, que teve seu crescimento de 10,3%.

Apesar de Pernambuco movimentar números modestos, no ano de 2011, os volumes de trocas entre o Estado e o gigante asiático devem, no mínimo, dobrar. Pernambuco, estado que ostenta hoje um dos mais elevados índices de crescimento econômico não apenas do Nordeste, mas de todo o Brasil, vem intensificando compra de máquinas pesadas e equipamentos fabricados pela XCMG, empresa chinesa de guinchos, segundo o site O Povo Online (2011).

Mas as pretensões pernambucanas não ficam restritas, no relacionamento chinês, às importações. O governo do estado junto com a Federação de Indústrias e Comércio de Pernambuco, segundo o site O Povo Online (2011), acreditam que há espaço para elevar as exportações do estado para a China.

Esse comércio entre esses dois mercados apenas tende a crescer, pois, a cada dia, a China precisa de alimentos, frutas, como a uva, açúcar, grãos, para alimentar sua população, conforme Peixoto (2007). Esses produtos, em sua maioria, são produzidos pelo Estado de Pernambuco, ou seja, há oportunidade para ampliar as relações comerciais entre Pernambuco e China. Outra oportunidade para Pernambuco é a exportação do álcool, produzido

através da cana de açúcar, já que o Estado é um dos maiores produtores de cana do Brasil.

A indústria de Pernambuco fechou o ano de 2009 em alta, com crescimento de 1,3%, superior à maioria dos estados brasileiros e maior que o país, que teve queda de 4,3 %, representados pelas indústrias de máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos, e produtos químicos. Apesar de essa produção ser voltada para o mercado interno, mostra que o estado tem capacidade também de produção para comercializar no exterior, segundo os dados da Fiepe (2010).

Segundo a Fiepe, o objetivo é elevar as exportações de Pernambuco, que alcançaram, em 2009, aproximadamente 824 milhões de dólares, objetivando ter como principais destinos a China, os Estados Unidos e a Argentina. No qual o setor açucareiro corresponde a quase 40% dessas vendas, seguido por garrafas PET e frutas.

O desafio de Pernambuco é o de se favorecer do comércio bilateral e diversificar a sua pauta de exportação com o escoamento de frutas, gesso, massas e bebidas, e o aproveitamento do complexo portuário de Suape, além o Pólo de Poliéster, estaleiro Atlântico Sul, Transnordestina, e outros arranjos produtivos locais como a caprinicultura e o setor alcooleiro, segundo Bahé (2007). Inclusive, em agosto de 2010, segundo Vidal (2010), conselheiros da embaixada chinesa estiveram em Suape conhecendo o porto e também no Vale de São Francisco e sua a produção de frutas e vinhos.

Conforme o mostrado no Anexo (4), nota-se que a balança comercial entre Pernambuco e China dos anos de 2005-2010 registrou saldo negativo crescente. Segundo o estudo estatístico da Fiepe (2010), os principais produtos exportados de Pernambuco para a China, em 2007,2008 e 2009 foram: granito cortado em blocos ou placas; peles e couro de ovinos, curt cromo “ wet blue”; outras lâmpadas/ tubo incandescente; desperdícios e resíduos de cobre; borracha de butadieno e de estireno, em chapas, folhas, tiras; outros papéis, ceras em rolos e folhas; calçados de borracha, plástica com tiras e sucos de outras frutas, produtos hortícolas, não fermentados.

Ou seja, percebe-se um aumento em produtos manufaturados, com um maior valor agregado. Porém, quando esses números são comparados com os números de produtos importados de produtos chineses por Pernambuco, percebe-se claramente a dificuldade que o Estado possui em competir com esse mercado.

Segundo o relatório da Fiepe (2010), apresentado no apêndice (4), os principais produtos importados por Pernambuco da China são flores, folhagem, frutos artificiais e partes, representado principalmente pela empresa Florarte e Grillo; veículos automotivos, outras chapas e tiras de liga de alumínio; sulfato dissódico anidro; pneus novos; outros filés e congelados de peixes; aparelhos de tomografia computadorizada; outros tecidos de malhas, fibras sintéticas estampadas; o que contribui para diminuir a vantagem comparativa do setor têxtil; e por fim outros artigos para uso sanitários e higiênicos de plástico.

Para incrementar as relações comerciais entre Pernambuco e China, o embaixador chinês disse ter interesse em instalar uma fábrica de aço no Estado. Entre os setores mais promissores para receber investimento e com os quais já existem protocolos de intenções assinados, estão energias renováveis (biodiesel, solar, eólica e biomassa), setor no qual temos grandes indústrias no estado, que podem exportar equipamentos, materiais para a China, além da pesca, carne, grãos, algodão e agricultura familiar e as frutas do Vale de São Francisco, conforme Neves, embaixador Brasil e China,(2007).

Em relação às frutas, existe um entrave devido à ausência de acordo fitossanitário entre os dois países para esses produtos. Conforme Albuquerque *et al* (2007), poucos países são os que exportam frutas para a China, dentre eles, EUA, Austrália, Nova Zelândia, Chile, Equador, Tailândia e Vietnã. O Chile e a Nova Zelândia se concentram na exportação de maçãs, os EUA exportam laranjas e uvas, porém esse cenário pode ser mudado, se dada a oportunidade para o setor agrícola de Pernambuco, forte em frutas e pescados. Segundo Feistel e Hidalgo (2011) a ausência de planos regionais e a falta de respeito às vocações econômicas e culturais, dificulta a inserção de regiões, como o Nordeste, e estados, como Pernambuco, nas exportações para esse país.

As relações entre Pernambuco e China nunca foram estáveis, segundo o Jornal do Comércio, 2007, apesar das grandes oportunidades que existem, e da diversidade de produtos que o estado pode oferecer. Em 2006 as importações oriundas do país asiático cresceram 20%, enquanto as vendas externas despencaram 48%. Ainda segundo o Jornal do Comércio, 2007, no “*hall*” dos produtos exportados pelo estado de Pernambuco está o minério de ferro, couro bovino, granito e borracha; e importados estão tubos de ferro, pilhas, pneus e tecidos.

Um problema enfrentado pela economia pernambucana foi a invasão de produtos chineses, principalmente no setor têxtil e de confecções, dados mostrados no capítulo 3, que evidenciaram uma diminuição da vantagem comparativa revelada deste setor. Segundo o Sindicato das Industrias Têxtil de Pernambuco, a concorrência desleal, devido aos baixos preços chineses, eliminou 164 mil postos de trabalho na cadeia têxtil nacional e 25 mil em Pernambuco (Jornal do Comércio, 2007).

Entretanto saciar o “apetite do Gigante” demanda ainda o desenvolvimento de determinados setores, como Agricultura e Energia. Neste cenário, encontra-se uma grande oportunidade para Brasil e Pernambuco se firmarem como um “*player*” importante no mercado global, segundo Yuan.

Com tantas oportunidades existentes, pareceria que Pernambuco tem apenas uma opção: estreitar as relações comerciais com a China e aproveitar esse crescimento para difundir e exportar os produtos onde existem mais vantagem comparativa. Do mesmo modo, deve-se aproveitar para importar produtos de alta tecnologia, para assim criar condições para as indústrias pernambucanas para que possam se tornar competitivas, e produzir produtos tão competitivos quanto aos produtos chineses.

A fim de conhecer as características das exportações de Pernambuco e identificar os produtos com mais potencial, vamos analisar a seguir, com mais detalhes os dados das exportações de Pernambuco.

3.5 Vantagens Comparativas Reveladas de Pernambuco (VCR)

Há diversos indicadores baseados nos fluxos comerciais que permitem mensurar a tendência de especialização internacional de uma economia, com a ideia que o comércio revela as vantagens comparativas. O cálculo das vantagens comparativas reveladas tem o objetivo de conhecer as vantagens de uma região ou Estado, conforme a fórmula (1).

$$VCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_{iz}}}{\frac{X_j}{X_z}}$$

A dificuldade para conhecer as vantagens comparativas de uma economia com base nas VCR, reside no fato de o fluxo de comércio estar influenciado por diversos fatores, tais como medidas de política comercial e barreiras tarifárias e não tarifárias.

O indicador de vantagem comparativa [...] calcula a participação das exportações de um dado produto em um país em relação às exportações mundiais desse mesmo produto, e compara esse quociente com a participação das exportações totais do país em relação às exportações totais mundiais. (HIDALGO,2000,p.563)

Nesta parte do capítulo, o objetivo é identificar produtos com mais potencial com base no índice das vantagens comparativas reveladas para a economia do Estado. Este índice permite caracterizar a especialização seguida pela economia do Estado. Os produtos que apresentam VCR mostram sinais de serem pontos fortes, já os produtos com desvantagem comparativa revelada dão sinais de serem pontos fracos da economia. A interceptação dos pontos fortes de uma região com os pontos fracos de outra região dá origem, segundo Hidalgo (2000), a produtos da primeira região com oportunidades de inserção comercial na segunda região.

TABELA 5 –PERNAMBUCO – Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas

GRUPO DE PRODUTOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	1,89	2,05	1,70	1,97	1,81	1,84	1,66	1,97
MINERAIS	0,46	0,26	0,45	0,11	0,09	0,14	0,06	0,03
PRODUTOS QUÍMICOS	0,50	0,48	0,53	0,29	0,26	0,10	0,02	0,01
PLÁSTICOS E BORRACHA	2,55	2,63	3,85	4,54	6,12	6,17	6,78	7,11
CALÇADOS E COUROS	0,72	0,78	0,68	0,98	1,08	0,96	0,45	0,54
MADEIRA E CARVÃO VEGETAL	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,00
PAPEL E CELULOSE	0,12	0,08	0,16	0,12	0,11	0,05	0,02	0,02
TÊXTIL	4,41	2,58	2,54	3,15	1,91	2,11	1,27	1,56
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,87	1,21	1,55	1,73	1,60	1,59	0,85	0,70
METALURGIA	0,53	0,87	1,03	0,60	0,59	0,60	0,74	0,50
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,66	0,57	0,56	0,72	0,75	0,80	0,68	0,80
MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,03	0,00	0,00
ÓTICA E INSTRUMENTOS	0,24	0,17	0,49	0,85	1,10	0,77	0,58	0,51
OUTROS	0,40	2,26	2,02	1,14	1,53	1,81	1,60	2,04

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Segundo Hidalgo e Da Mata (2004), durante o período de 1996-2002, os dados mostraram que existia uma vantagem comparativa em alimentos e bebidas, plásticos/borrachas e suas obras, e em outros produtos, como pólvora e explosivos, peles e couros, têxtil, gesso, cimento, máquinas e equipamentos. Esses dados revelam que as vantagens estão em setores que são intensivos no fator mão de obra, e produtos basicamente primários, fator que é abundante no Estado. Quanto aos manufaturados, o Estado apresentava pouco dinamismo e, segundo os autores, produtos como plástico e suas obras estavam estagnados.

A Tabela 5 apresenta a evolução do índice das vantagens comparativas reveladas para Pernambuco através da fórmula (1). O índice foi calculado utilizando dados sobre o comércio exterior para o Brasil e Pernambuco, durante o período de 2003-2010.

Os dados mostram uma vantagem comparativa revelada nos seguintes grupos de produtos: alimentos, fumo e bebidas; plásticos e borrachas; têxteis e minerais não metálicos. Os outros grupos de produtos: minerais; produtos químicos, calçados e couros; madeira e carvão vegetal; papel e celulose; máquinas e equipamentos; material de transportes; metalurgia, óticas e instrumentos apresentam uma desvantagem comparativa revelada.

Notar que houve uma oscilação na vantagem comparativa revelada do grupo de alimentos, fumo e bebidas, mas manteve a sua participação como sendo um dos principais produtos exportados pelo estado. Esse grupo sofre principalmente com as barreiras comerciais, como é o caso do açúcar, que tem um limite de exportação para os Estados Unidos; assim como as frutas que sofrem com os requisitos fitossanitários em suas exportações para o mundo. Por outro lado, Pernambuco mostra ganhos de vantagem comparativa em produtos manufaturados, como o de plásticos e borrachas; mas, especificamente, em plásticos e suas obras, mostrando uma mudança em relação aos números registrados no período de 1996 a 2002.

A Tabela (5) mostra que o grupo de produtos máquinas e equipamentos começam a registrar índices crescentes ao longo dos anos, porém ainda não se pode considerar como uma vantagem comparativa, pois teve seus números menores que um. Dentro do grupo têxtil, pode-se perceber uma inversão do que está acontecendo com as máquinas. Esse grupo tem diminuído cada vez mais a sua vantagem comparativa revelada ao longo dos últimos anos, isso se deve principalmente à quantidade de peças têxteis importadas da China.

Os minerais não metálicos registraram ao longo dos anos uma participação relativa conforme mostrado na tabela anterior; e, em nível mais desagregado, a região obteve mais vantagens nos seguintes produtos: obras de pedra, gesso, pérolas, vidro e produtos cerâmicos. Dentro do grupo de alimentos, fumo e bebidas, os principais produtos com vantagem comparativa revelada são peixes e crustáceos; frutas; açúcar; leites e ovos, bebidas e álcool.

Cabe fazer a observação de que o não aproveitamento de oportunidades comerciais de alguns grupos de produtos deve-se a barreiras tarifárias e não tarifárias ou ainda devido à existência de acordos e sistema preferenciais comerciais entre regiões e países, além do desalinhamento do câmbio.

3.6 Comércio Intraindústria de Pernambuco (CII)

O comércio intraindústria consiste na exportação e importação simultâneas de produtos classificados dentro de um mesmo setor industrial.

Esse tipo de comércio difere do comércio interindústria. Ele é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação de produtos.

O conhecimento desse comércio é importante na formulação de estratégias de inserção internacional para uma economia, em particular de Pernambuco, nas relações comerciais com os países.

Geralmente, o comércio intraindustrial é mensurado com base no índice de Grubel e Lloyd (1975). Esse índice no nível de produtos é mensurado com base na seguinte fórmula :

$$CII = 1 - \frac{|X_i - M_i|}{(X_i + M_i)} \quad (4)$$

O ambiente globalizado e integrado do comércio internacional é caracterizado pelo comércio intraindústria.

Durante o período de 1996-2002, segundo Hidalgo e Da Mata (2004), o comércio intraindústria de Pernambuco era muito baixo, em torno de 20%. Houve aumento de 1996 a 2000, de aproximadamente 450% no intercâmbio de produtos, perdendo participação em 2001 e 2002, segundo Hidalgo e Da Mata (2003). Os dados mostraram que o comércio exterior do Estado se caracterizava por comércio interindústria e também não apresentavam tendências de aumento do comércio intraindústria.

Os capítulos de NCM que apresentam algum índice de comércio intraindústria são poucos, reportando ao período de 2003 a 2010, (ver Tabela (6)). O grupo de alimentos, fumos e bebidas, mas especificamente as frutas, bebidas e álcool, apresentaram seu comércio intraindústria em média de 0,97. O grupo de plásticos e borracha apresentaram a média de comércio intraindústria de 0,82, ou seja próximos a 1, assim como, minerais não metálicos, têxteis, máquinas e equipamentos.

Nos demais grupos de produtos, aparecem como sendo essencialmente interindustrial, e os resultados não parecem mostrar tendência de aumento do comércio intraindústria.

TABELA 6 – PERNAMBUCO- Índice do Comércio Intra-Industrial (2003 – 2010)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	0,89	0,86	0,70	0,72	0,86	0,99	0,90	0,86	0,97
MINERAIS	0,22	0,21	0,67	0,19	0,09	0,11	0,06	0,03	0,23
PRODUTOS QUÍMICOS	0,13	0,13	0,19	0,07	0,03	0,01	0,00	0,00	0,08
PLÁSTICOS E BORRACHA	0,87	0,97	0,57	0,62	0,52	0,76	0,62	0,78	0,82
CALÇADOS E COURO	0,31	0,33	0,38	0,38	0,62	0,98	0,51	0,59	0,59
MADEIRA E CARVÃO VEGETAL	0,91	0,67	0,60	0,34	0,41	0,35	0,33	0,03	0,52
PAPEL E CELULOSE	0,28	0,15	0,27	0,15	0,12	0,04	0,03	0,02	0,15
TÊXTIL	0,72	0,95	0,79	0,66	0,98	0,84	0,50	0,47	0,84
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,96	0,71	0,52	0,53	0,78	0,98	0,80	0,60	0,84
METALURGIA	0,66	0,88	0,50	0,84	0,90	0,55	0,69	0,24	0,75
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,33	0,50	0,53	0,57	0,74	0,51	0,25	0,21	0,52
MATERIAL DE TRANSPORTE	0,03	0,15	0,16	0,12	0,08	0,18	0,03	0,00	0,11
ÓTICA E INSTRUMENTOS	0,08	0,06	0,08	0,13	0,11	0,06	0,05	0,04	0,09
CIIA	0,54	0,60	0,54	0,50	0,47	0,49	0,45	0,38	0,47

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Na Tabela (6), em sua última linha, o indicador agregado do comércio intra-industrial (CIIA), apresenta os índices de comércio para Pernambuco com base no cálculo da fórmula (2), referentes ao período de 2003 -2010. O comércio intraindustrial de Pernambuco médio se situa em torno dos 47%, e os restantes 53% são comércio interindustrial, porém, a partir de 2006, o comércio voltou a perder espaço, registrando queda cada vez mais acentuada. Notar que o grupo de alimentos, fumo e bebidas está registrando uma média bastante elevada de 97%, devido principalmente à agregação dos bens.

Isso significa dizer que, apesar do aumento do comércio de produtos manufaturados, o estado ainda possui um predomínio de comércio interindustrial nas relações comerciais com o exterior. Através do cálculo da fórmula (4), pode-se observar o nível de comércio intraindustrial em nível de produto, conforme os resultados obtidos na Tabela (6).

Durante o período analisado, foi encontrado que as exportações do Estado sofreram um aumento no dinamismo, registrando uma evolução no comércio de Pernambuco. Assim os produtos que apresentam índice médio de comércio intraindustrial maior que 0,5 são os grupos de alimentos, fumo e bebidas; plástico e borracha; têxtil; minerais não metálicos; metalurgia; e

máquinas e equipamentos. Apesar da média estar muito próxima de 0,5, com o Complexo Portuário de Suape, é possível que esses números aumentem. Esses resultados são basicamente os mesmos que foram obtidos por Hidalgo e Da Mata para o período de 1996-2002.

O comércio intraindústria, geralmente, está mais presente em bens manufaturados sujeitos à diferenciação e economias de escala. Já em Pernambuco, o comércio intraindústria, mesmo ainda pequeno, não se restringe a bens manufaturados, pode-se encontrar em produtos de origem agrícola e mineral, conforme mostra a Tabela (6).

O comércio intraindústria de Pernambuco não se restringe à manufatura. No caso dos bens agrícolas, devido a problemas de agregação e à sazonalidade, quando é época de colheita, o produto é exportado e na entressafra o produto é importado, o que contribuiu para criar essa situação atípica.

O tipo de comércio intraindústria, ainda pouco explorado pelo nosso Estado, é visto com otimismo por economias emergentes com excesso de trabalho e escassez de capital, pois não terão que limitar suas exportações a apenas alguns produtos primários ou intensivos de trabalho, já que a competitividade é determinada também por outras variáveis. Há espaço para exportação de produtos intensivos de capital, provenientes da indústria naval, polo petroquímico e farmacológico. São novos investimentos que poderão modificar a pauta das exportações de Pernambuco, inclusive das relações comerciais com a China.

De forma geral, o comércio entre Pernambuco e mundo é caracterizado como sendo essencialmente interindustrial, ou do tipo Heckscher-Ohlin. Esse resultado já era esperado. Pois Pernambuco é bem dotado de trabalho e não possui polos industriais dinâmicos, que permitam integrar com outros setores semelhantes no mercado internacional. Afinal, o processo de industrialização do Nordeste, como um todo, está voltado para o fornecimento de insumos e produtos finais para a região Sudeste, com poucas ligações com o comércio internacional.

3.7 Índice de Concentração das Exportações de Pernambuco (ICP)

O setor externo pode ser considerado uma força para impulsionar o crescimento econômico para um nível de renda mais elevado, mas, ao mesmo tempo, pode restringir o processo de crescimento quando a dinâmica não gerar recursos que ajudem no crescimento, caso que acontece em regiões em desenvolvimento; algo que pode ser superado pelas políticas de desenvolvimento voltadas para o exterior.

A questão de concentração da pauta das exportações é algo bastante discutido, pois existem países ou regiões que possuem uma maior dificuldade em relação ao setor externo, dada a sua estrutura de exportação restrita a produtos primários, combinada com uma demanda por produtos de maior sofisticação tecnológica, que podem criar desequilíbrios na economia.

As exportações de Pernambuco são muito concentradas tanto em termos de países como de produtos, e esse tópico tem sido bastante discutido na formulação de estratégias do crescimento econômico das economias em desenvolvimento. Afinal um Estado com estrutura de exportação pouco diversificada e restrita a poucos produtos pode criar dificuldades na economia local, gerando instabilidade na receita cambial.

O indicador utilizado para mensurar a concentração das exportações de produtos é o coeficiente Gini- Hirschman e, segundo Love (1979) apud Hidalgo e Da Mata, (2004), compartilham do ponto de vista ao afirmar que “quanto mais concentradas as exportações em poucos destinos, mais a economia estará sujeita a flutuações de demanda, o que pode implicar mudanças bruscas nas receitas de exportações”

O ICP representado pela fórmula (3), apresentado no capítulo anterior, diz que, caso um Estado tenha seu ICP elevado, significa dizer que tem suas exportações concentradas em alguns poucos produtos. Por outro lado, caso apresente um ICP baixo, isso reflete a diversificação da pauta de produtos exportados pelo Estado, conseqüentemente espera-se que esse Estado terá maior estabilidade nas receitas das exportações.

Segundo Hidalgo e Da Mata(2004), uma pauta diversificada pode representar termos de trocas mais estáveis. Vários fatores determinam o grau dessa diversidade das exportações, entre eles, o nível de desenvolvimento econômico, que se reflete na produção; a proximidade de algum polo comercial, como é o caso de Pernambuco, que possui vários polos, como o têxtil, a região do Vale de São Francisco, com a produção de frutas, etc.

Segundo Farias (2000), existem estados que se especializam na produção de bens cuja demanda é instável e, independente da flutuação da demanda, o estado se especializa no produto em que tem vantagem comparativa, reafirmando uma contradição aparente. Esse é o caso de alguns estados pequenos, como Pernambuco, que é especializado na exportação de produtos primários, que sofrem com as flutuações da demanda e, no caso de matéria-prima, com a entrada de novos produtos substitutos no mercado, criando dificuldades para exportação.

TABELA 7 – PERNAMBUCO- Índice de Concentração das Exportações por Produto (2003 – 2010)

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ICP	0,58	0,55	0,49	0,55	0,54	0,57	0,62	0,64

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

Devido aos motivos explicados acima, pode-se dizer que Pernambuco possui ICP bastante elevado e concentrado em alguns produtos, como alimentos, açúcar, fumo e bebidas; e plásticos e suas obras.

Pernambuco, em relação à concentração por produtos, apresenta uma elevação no grau de concentração, passando de 0,58, em 2003, para 0,64 em 2010. Depois de um período de queda de 0,58 para 0,49, entre 2003 e 2005, volta com uma recuperação consistente e, a partir de 2006 até o final do período, atingindo 0,64 em 2010. O importante não é o fato de o índice se manter e sim o estreitamento da base de produtos exportados e uma acentuada concentração em pequeno número de produtos com maior importância relativa.

Historicamente as exportações de Pernambuco são concentradas no tradicional produto: açúcar, o que se reflete no ICP. Porém, recentemente, novos produtos, como peixes e crustáceos; além de frutas, tiveram um crescimento expressivo nos períodos mais recente.

O grupo de produtos plásticos e suas obras também vieram para equilibrar e diversificar um pouco essa pauta de exportações concentrada em produtos primários; com um pouco de manufaturados, porém, mesmo assim, pode-se dizer que, hoje, as exportações de Pernambuco são altamente concentradas em produtos tradicionais.

Em comparação à região Nordeste, conforme os cálculos realizados por Feistel e Hidalgo (2011) , dados reproduzidos no Apêndice (2) desta dissertação, pode-se dizer que o Estado de Pernambuco, assim como o Nordeste, mantiveram o índice de concentração das exportações concentrado em alguns produtos, principalmente em produtos primários.

O ICP do Nordeste permaneceu, em média, 0,61 no período analisado pelos autores. Já Pernambuco, conforme a Tabela (7), teve média de 0,57; também alta, evidenciando pouco esforço do estado em diversificar a pauta de exportação. Porém, deve-se considerar, conforme dito por Hidalgo e Da Mata(2004), que esses índices estão sujeitos a limitações e podem estar influenciados pelo grau de agregação dos dados disponíveis.

3.8 Considerações Finais

O crescimento da economia do estado de Pernambuco tem acompanhado e até ultrapassado, em alguns anos recentes, o crescimento econômico do Brasil, apesar do pouco dinamismo das exportações e da alta concentração dos mesmos em produtos, em sua maioria, primários.

Com relação aos indicadores de concentração, os resultados confirmam a ideia intuitiva que os dados já apontavam: as exportações do estado de Pernambuco são bastante concentradas em produtos primários.

O comércio internacional de Pernambuco é basicamente interindústria, desde 1996 aos dias atuais, com alguns poucos sinais de expansão para

intraindústria. Os produtos que mostram maior crescimento são de origem primária: açúcar, produto tradicional da pauta; cujo preço no mercado internacional teve aumento significativo, durante esses últimos anos. Assim como, peixes e crustáceos; as frutas tiveram um aumento na participação dos manufaturados, como plásticos e suas obras⁴; porém aquém do desejado. Essa pauta sugere que falta estímulo à produção e modernização das indústrias do estado.

Contudo, os ganhos de competitividade das exportações brasileiras, e a melhoria no setor logístico, como a construção do Porto de Suape, contribuíram para aumentar os números das exportações e o crescimento do Estado. Pernambuco, dessa forma, se concretiza cada vez mais, perante a economia internacional como um futuro provedor de alimentos, fumo e bebidas, assim como de móveis plásticos e outros produtos.

A construção da fábrica da Fiat contribuirá para a mudança na pauta das exportações de Pernambuco, com a produção de automóveis e bens manufaturados. Além de gerar empregos, que contribuirá para o crescimento econômico, desenvolverá uma cadeia produtiva do setor automotivo e estimulará a criação de fornecedores indiretos.

O polo farmacológico, em Goiana, composto por sete empresas, representa mais do que a produção de medicamentos e seus insumos. Simbolizam uma nova dinâmica social e econômica para a Zona da Mata, antes coberta por plantações da cana-de-açúcar. Será uma região coberta de inovação e tecnologia, com produtos de alto valor agregado.

Essa indústria farmacológica, também, desenvolverá uma extensa cadeia produtiva, como a fábrica de caixas de papelão, bolsas plásticas de sangue, indústria de equipamentos médicos, artigos cirúrgicos, dentre outros. Tudo isso será projetado e contribuirá para que o setor apresente um crescimento projetado de até 13,6% na economia do Estado, conforme Dantas (2011).

⁴ As obras são móveis plásticos como cadeiras, mesas, assentos, sacolas, garrafas e etc.

Contudo, é importante considerar que a construção do Complexo de Suape e suas indústrias, poderão contribuir, também, para uma mudança, no futuro, na pauta de exportação do estado de Pernambuco. Visando diminuir a concentração em produtos primários e diversificar mais a pauta com a inclusão de produtos manufaturados, máquinas e equipamentos, conseqüentemente, aproveitando o crescimento econômico para a geração de empregos e para a melhoria do bem-estar da população.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a economia internacional tem passado por profundas e rápidas mudanças que afetam o comércio e o crescimento das economias e regiões menos desenvolvidas. O processo de formação de blocos regionais, o fenômeno da globalização dos mercados e a formulação de estratégias para inserir as economias no novo sistema de comércio são de fundamental importância para garantir o sucesso e o crescimento que o comércio oferece.

Neste trabalho, tentou-se conhecer o desempenho e a estrutura do comércio exterior de Pernambuco durante o período de 2003 a 2010. A discussão teórica diz respeito à importância do comércio exterior para o desempenho econômico do estado de Pernambuco, que teve maiores taxas de crescimento que a economia brasileira, principalmente nos últimos dois anos.

O estado de Pernambuco pode-se dizer que, apesar das altas taxas de crescimento econômico, é caracterizado ainda por uma economia fechada, principalmente, quando se refere ao comércio internacional. Desde a abertura da economia brasileira, Pernambuco aproveita muito pouco às oportunidades que o comércio tem a oferecer.

A estrutura das exportações de Pernambuco, e o destino das exportações também foram analisadas. Foram calculados índices de vantagem comparativa revelada, índice de concentração das exportações e índice de comércio intraindústria de Pernambuco, para o período de 2003 a 2010.

Verificou-se que o Estado possui vantagem comparativa relativa em relação a alguns produtos, isto é, os produtos que têm maior potencial para serem exportados como o grupo de alimentos, fumo e bebidas; plásticos e borracha; máquinas e equipamentos. Também foi identificado que o comércio de Pernambuco é caracterizado por comércio interindustrial, com seu direcionamento voltado para a produção de produtos primários. Porém, espera-se que, em alguns anos, o comércio de Pernambuco comece a apontar tendência a se tornar um comércio intraindústria, principalmente devido à construção de novas indústrias, chegada de empresas multinacionais e produção de produtos manufaturados, com a estrutura do Complexo de Suape,

e a construção de estaleiros, da refinaria Abreu e Lima e outros polos que irão abrir nos próximos anos, como o farmacoquímico e automotivo em Goiana.

Entretanto, devemos chamar atenção que esses empreendimentos não obedecem aos princípios da vantagem comparativa. Pois, o estado de Pernambuco é relativamente abundante em trabalho não qualificado e escasso em trabalho qualificado.

Suape e Goiana são empreendimentos de indústria de capital intensivo, recurso relativamente escasso em Pernambuco. Isso obrigará o Estado a formar recursos humanos e mão de obra qualificada para a absorção de emprego nesses empreendimentos.

Com relação à estrutura das exportações, ficou demonstrado que é concentrada nos seguintes grupos de produtos: alimentos, fumo e bebidas; plásticos e borrachas; têxtil e minerais não metálicos.

Durante o período de 2003 a 2010, foi registrado um acentuado crescimento do valor exportado de açúcar, devido, em parte, ao aumento no preço do produto, com a taxa de crescimento de 25,5 %; assim como as frutas, com crescimento 10,50%, peixes e crustáceos; e plástico e suas obras registraram 37% de crescimento. Esses dados mostram que a economia estadual possui predomínio na exportação de produtos básicos com baixo grau de elaboração.

Referente ao destino das exportações de Pernambuco, evidenciando o comércio entre Pernambuco e China, ficou clara a predominância na pauta de exportação de Pernambuco por produtos primários. Mas, assim como o Brasil, Pernambuco tem que aproveitar esse momento de complementaridade entre a economia chinesa e a pernambucana. Isto é, aproveitar o nosso potencial em exportar produtos primários, os quais apresentam vantagem comparativa e, importar máquinas e equipamentos, para produzir produtos tão competitivos quanto os da própria China.

Apesar dos ganhos de competitividade das exportações brasileiras, Pernambuco carece de maior inserção no comércio internacional para que assim possam ser aproveitadas as vantagens comparativas. Contudo, é

necessário a formulação de estratégias para inserção no mercado mundial, através de políticas de investimentos público-privado em infraestrutura e apoio no comércio, que passa pela exportação de bens manufaturados para diversificar a pauta das exportações de Pernambuco.

As melhorias no setor logístico, com o Complexo de Suape e investimento na abertura de novas empresa no Estado, com o polo Farmacoquímico, a construção da FIAT, a refinaria Abreu e Lima, dentre outros empreendimentos, também contribuirão para diversificação na pauta de exportação do estado, pois Pernambuco passaria a produzir mais produtos industrializados e com maior valor agregado. Ajudando a economia do estado a crescer e se fortalecer, além de ter mais estrutura para competir com os concorrentes do mercado internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Josias, *et al.* **Pesquisa e Identificação de Setores Estratégicos para Empresas Pernambucanas na China.** Missão Empresarial do Nordeste: Brasil à China 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/FBDD971F1C9C582B8325732B006767C6/\\$File/NT00035F16.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/FBDD971F1C9C582B8325732B006767C6/$File/NT00035F16.pdf)> Acesso: 05 jan. 2012.
- BALASSA, B. **Trade Liberalization and revealed comparative advantage.** Washington, DC: World Bank, 1965.
- BAHÉ, Marco. **Missão empresarial vai à China brigar por montadora, fábrica de aço e indústria de vidros.** [S.l.; s.d.] Disponível em: <<http://contas.blog.br/economia/missao-empresarial-vai-china-brigar-por-montadora-fabrica-de-aço-e-industria-de-vidros/>> Acesso em: 25 out.2010
- CONDEP-FIDEM. Banco do Nordeste: Notícias Etene – **Crescimento do PIB de Pernambuco em 2010.** [S.l.], Mar. 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/noticias_etene_crescimento_pib_pernambuco.pdf> Acesso em: 07 jul.2011
- COUTINHO, Eduardo. *et al.* De Smith A Porter: **Um Ensaio Sobre As Teorias De Comércio Exterior.** USP, São Paulo, v.12, n.4, p.101-113, out/dez 2005. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v12n4/v12n4a7.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2010.
- DCI .Notícias: **China prepara investimentos de R\$ 9 bi no Brasil ainda neste ano, diz Texeira.**[s.l.] jul. 2011. Disponível em: <<http://www.anfac.com.br/v3/informativos-noticias.jsp?id=18>>. Acesso em: 06 jul. 2011.
- DANTAS, Rafael.**Novos Setores da Economia de Pernambuco: Polo desenha nova Mata Norte.** Jornal do Comércio. Recife: 9 de jun. 2011.
- FARIAS, Joedson Tales de. **Exportações do Rio Grande do Norte: Crescimento, Vantagens Comparativas Reveladas e o problema da concentração (1980 – 1995).** Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Maio, 2000.
- FEISTEL, Ricardo; HIDALGO, Álvaro. **O intercâmbio Comercial Nordeste – China: Desempenho e Perspectivas.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.42, n.4, out/dez.2011.
- FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. **Estudos Estatísticos Direcionados Brasil – China.** Out. de 2010.
- FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. **Indústria de Pernambuco cresce acima da média nacional.** Disponível em: < <http://www.fiepe.org.br/noticia/2010/02/26/1090-industria-de-pernambuco-cresce-acima-da-media-nacional.html>> Acesso em: 25 out. 2010.
- FINE, Charles H. **Mercados em evolução continua: Conquistando vantagem competitiva num mundo em constante mutação.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

FONSECA JR, Gélson. **Aspectos da teoria das relações internacionais: notas didáticas**. Revista Política Externa, v. 3, n. 3, dez. 1994.

GRUBEL, H.; Lloyd, P. **Intra-industry trade: the theory and measurement of international trade in differentiated products**. London: Macmillan, 1975.

GALVÃO, O.J. de A.: **Pernambuco no contexto mundial, nacional e regional**. Relatório de pesquisa, 2005

GALVÃO, _____: **A evolução e a composição do comércio exterior de Pernambuco – 1960 -2005**. Relatório de Pesquisa, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

HIDALGO, Álvaro. **Economia Regional: especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.29, n. especial, p. 491-515, julho 1998.

HIDALGO, Álvaro. **Exportação do Nordeste do Brasil: Crescimento e Mudança na Estrutura**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.31, n. especial, p. 560-574, novembro 2000.

HIDALGO, Álvaro; MATA, Daniel da. **Competitividade e Vantagens Comparativas do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no Comércio Internacional**. [S.l.], 2003.

HIDALGO, Álvaro; MATA, Daniel da. **Exportação do Estado de Pernambuco: concentração, mudança na estrutura e perspectivas**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 965-1018, nov.2005.

HIDALGO, Álvaro; MATA, Daniel da. **Inserção das regiões brasileiras no comércio internacional: os casos da Região Nordeste e do Estado de Pernambuco**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.35, n.2, abr/jun.2004.

HIDALGO, Álvaro; FEISTEL, Paulo. **Intercâmbio comercial Nordeste-Mercosul: A Questão das Vantagens Comparativas**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, n.1, jan/mar.2007.

HIDALGO, Álvaro; VERGOLINO, José Raimundo. **Globalização: exportações do Nordeste Brasileiro para os Blocos Econômicos**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.28, n. 02, p. 143-161, abril/junho 1997.

JAGGI, Marlene. **Revista Valor Especial: Brasil-China**. [s.l.]. Ed. Abril, 2011.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Estado de Pernambuco tenta fortalecer o Comércio com a China**. Disponível em: < [http:// www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=45149](http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=45149)> Acesso em: 21 de Out. 2010.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. Tradução de Rogério Mori e Paulo Gala. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

KOTSCHO, Ricardo. **O Novo Nordeste**. Disponível em: < <http://www.ailtonmedeiros.com.br/o-novo-nordeste/2010/06/30/>>. Acesso em: 26 de Out. 2010.

LOVE, J. **Trade Concentration and export instability**. The Journal of Development Studies, v. 15, n.3, p. 60-69, 1979.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio.**Disponível em: <www.mdic.gov.br>

MELO, M^a.; MOREIRA, Carlos. **China x Nordeste do Brasil: uma qualificação das transações comerciais bilaterais recentes.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.40, n.4, out/dez.2009.

MEYER, Carolina. **Onde o Brasil Cresce mais rápido.** Revista Exame, 19 abr. 2007. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0891/noticias/onde-o-brasil-cresce-mais-rapido-m0127107> > Acesso em: 12 jan. 2012

NEVES, Miguel Santos. **A China como potência global emergente: vulnerabilidades, tensões e desafios.** Revista Política Externa, v. 15, n. 1, jun./jul./ago. 2006.

NEVES, Luis Augusto de Castro. **Informe Fercomercio-PE.** Recife, 2007, p. 4-5. (Intercambio Comercial Brasil- China).

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica.** Revista Brasileira de Política Internacional, Jun. 2004, v. 47, n.001, Brasília, P. 7-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci=arttex&pid=S003473292004000100002&lng=PT&nrm=iso&tlng=pt> > Data de acesso: 21 set. 2008.

PEIXOTO, Aline. **Estudo de Oportunidade para produtos brasileiros na China 2008.** Sumário Executivo. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cbcde.org.br/home/download_pdf.asp?paNMidia=31> Data de acesso: 10 jun.2010

PORTER, Michael E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus. 1999, cap. 6, p. 167-208.

SALVATORE, Dominick. **Introdução à Economia Internacional.** Tradução: Teresa Cristina Padilha de Souza e Eduardo Benedito Curtolo. Rio de Janeiro: LTC, Ed. 1^o, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Tradução de Maria Sílvia Passos. São Paulo: Abril, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

SOUZA, N.J. de. **Desenvolvimento Econômico.**5.ed. São Paulo: Editora Atlas,2005.

[S.n]. **Revista Valor Especial:Os dois lados da Moeda- oportunidades e desafios na relações bilaterais: Brasil – China.**São Paulo: abr. 2011.

[S.n] .Trajetória do Comércio Externo com a China – 2000 – 2010. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil.** [s.l.] abr. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/puc/boletimregional/port/2011/04/br201104b1p.pdf> >. Acesso em: 07 abr. 2008.

[S.n] .**Estudo Revela Impacto da China.** Jornal Do Comércio: Economia. Recife, 04 fev. 2011.

[S.n] .**A China Avança para tornar-se em breve o maior parceiro comercial de todo o Nordeste.** O Povo Online. [S.l.], 10 fev. 2011. Disponível em: <http://www.comexdobrasil.com.br/china-avanca-para-tornar-se-em-breve-maior-parceiro-comercial-de-todo-nordeste/?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter> . Acesso em : 28 mar. 2011.

[S.n] .Embaixada Brasil e China. **Relações Brasil-China terão influência global.** [S.l.], 13 abr. 2010. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/zbqx/t679277.htm>> . Acesso em : 25 out. 2010.

[S.n] .Embaixada Brasil e China. **Lula pede que China e Brasil explorem totalmente o potencial de cooperação bilateral** [S.l.], 19 mai. 2010. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/zbqx/t563348.htm>> . Acesso em : 25 out. 2010.

[S.n] .Embaixada Brasil e China. **Brasil lança nova agenda para aumentar as exportações à China.** [S.l.], 04 set. 2008. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/jmwl/t471953.htm>> . Acesso em : 25 out. 2010.

VIDAL, Thais. **Chineses visitam Complexo Portuário de Suape.** [S.l.], 04 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.pizon.com.br/index.php?i=5&c=8&n=4715>> . Acesso em : 26 out. 2010.

VILLELA, Eduardo V.M. **As relações comerciais entre Brasil e china e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês.** [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>> . Acesso em: 21 set. 2008.

YUAN, Hsieh. Câmara de Comércio Brasil-China. **China: Ameaça ou oportunidade?** . [S.l.], 2004. Disponível em: < <http://www.ccibc.com.br/pt-BR/noticias-e-publicacoes/publicacoes-ccibc/artigos/1967-china-ameaca-ou-oportunidade>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

ANEXO 1

Grupos de produtos	Capítulos da NCM	Descrição
Alimentos, fumo e bebidas	01 a 24	Produtos de origem animal: animais vivos, carnes, peixes, laticínios, ovos. Produtos de origem vegetal: plantas, vegetais, frutas, café, chá, cereais, amidos, trigo, grãos, sementes, gomas, gorduras, e óleos de origem animal e vegetal. Produtos alimentares, bebidas e fumo: carnes preparadas, açúcares, cacau, farinhas, preparados de cereais, pastelaria, preparados de frutas ou vegetais, bebidas alcoólicas ou não e fumo.
Minerais	25 a 27	Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, minérios, combustíveis e ceras minerais.
Produtos químicos	28 a 38	Inorgânicos, orgânicos, farmacêuticos, fertilizantes, tintas, óleos, essenciais, sabões, ceras, colas, pólvora e produtos para fotografia.
Plásticos e borracha	39 a 40	Produtos plásticos e borracha
Calçados e couros	41 a 43 e 64 a 67	Calçados, chapéus, guarda-chuvas, peles e obras de couro.
Madeira e carvão vegetal	44 a 46	Madeira, cortiça e obras de madeira.
Papel e celulose	47 a 49	Papel e impressos
Têxtil	50 a 63	Fio, tecelagem e confecções.
Minerais não-metálicos	68 a 72	Obras de pedra, cerâmica e vidro, pérolas, pedras preciosas e metais preciosos.
Metais comuns	73 a 83	Ferro e aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco, estanho e ferramentas.
Máquinas e equipamentos	84 a 85	Máquinas e equipamentos elétricos
Material de transporte	86 a 89	Veículos de transporte, automóveis, tratores, aeronaves e embarcações.
Ótica e instrumentos	90 a 92	Ótica, fotografia e instrumentos de medida e controle.
Outros	93 a 99 e 00	Armas e munições, mercadorias diversas, móveis, iluminação, brinquedos, produtos de esporte e objetos de arte.

Quadro 1 – Critério de Classificação dos Capítulos da NCM, segundo Grupos de Produtos

Obs.: Este critério de classificação é o mesmo utilizado em Thorstensen et al. (1994, p. 50-51).

Fonte: Hidalgo e Da Mata (2005)

ANEXO 2

Tabela 2 – Nordeste: Exportações e Índice de Concentração das Exportações por Produtos e por Países de Destino – 1992-2009

Período	Exportações US\$ 1.000 FOB	Crescimento das exportações	ICP	ICD
1992	3.035.045	100,00	0,62	0,45
1993	3.012.647	99,26	0,51	0,32
1994	3.502.854	115,41	0,57	0,38
1995	4.239.999	139,70	0,69	0,41
1996	3.854.865	127,01	0,59	0,36
1997	3.960.637	130,50	0,63	0,47
1998	3.720.485	122,58	0,61	0,39
1999	3.355.394	110,56	0,58	0,31
2000	4.024.694	132,61	0,51	0,34
2001	4.184.171	137,86	0,61	0,36
2002	4.655.567	153,39	0,56	0,32
2003	6.112.111	201,38	0,45	0,29
2004	8.043.285	265,01	0,52	0,34
2005	10.561.141	347,97	0,46	0,30
2006	11.629.126	383,16	0,53	0,33
2007	13.086.243	431,17	0,47	0,31
2008	15.451.508	509,10	0,54	0,35
2009	11.616.308	382,74	0,62	0,37

Fonte: Elaboração dos Autores a partir de Dados Obtidos do Sistema Aliceweb do MDIC/Secex.

ANEXO 3

TABELA 6 – Estrutura das exportações de Brasil para o mundo.(%)

GRUPO DE PRODUTOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALIMENTOS, FUMO E BEBIDAS	29,06%	25,30%	26,56%	26,32%	27,41%	28,93%	35,13%	30,95%
MINERAIS	10,72%	10,97%	13,21%	15,23%	16,22%	19,29%	18,76%	25,46%
PRODUTOS QUÍMICOS	5,01%	4,88%	4,58%	4,77%	4,98%	4,79%	5,30%	5,09%
PLÁSTICOS E BORRACHA	2,91%	2,82%	2,89%	3,04%	3,08%	2,51%	2,91%	2,65%
CALÇADOS E COURO	3,84%	3,63%	3,00%	2,91%	2,74%	2,06%	1,81%	1,74%
MADEIRA E CARVÃO VEGETAL	2,85%	3,30%	2,56%	2,30%	2,08%	1,40%	1,10%	0,95%
PAPEL E CELULOSE	3,92%	3,21%	2,92%	2,96%	2,98%	2,98%	3,30%	3,38%
TÊXTIL	2,28%	2,27%	1,87%	1,53%	1,47%	1,23%	1,24%	1,12%
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	2,25%	2,28%	2,07%	2,22%	2,08%	1,74%	2,05%	1,96%
METALURGIA	10,52%	11,63%	11,13%	11,11%	10,49%	10,29%	8,01%	7,14%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	12,06%	12,09%	12,85%	12,58%	11,06%	9,82%	8,71%	8,03%
MATERIAL DE TRANSPORTE	11,14%	14,18%	12,92%	11,66%	12,11%	11,31%	8,50%	8,55%
ÓTICA E INSTRUMENTOS	0,50%	0,48%	0,45%	0,48%	0,46%	0,42%	0,45%	0,41%
OUTROS	2,95%	2,97%	2,98%	2,89%	2,84%	3,25%	2,72%	2,57%
TOTAL DOS PRODUTOS EXPORTADOS	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB.

ANEXO 4

Balança Comercial Pernambuco – China 2005 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	16.435.979	3.564.026	12.871.953	20.000.005
FEV	107.151	3.389.246	-3.282.095	3.496.397
MAR	164.455	3.020.702	-2.856.247	3.185.157
ABR	450.315	4.355.648	-3.905.333	4.805.963
MAI	234.997	3.691.536	-3.456.539	3.926.533
JUN	332.734	4.328.520	-3.995.786	4.661.254
JUL	134.123	4.586.826	-4.452.703	4.720.949
AGO	473.264	4.900.311	-4.427.047	5.373.575
SET	312.779	4.134.605	-3.821.826	4.447.384
OUT	163.685	5.796.500	-5.632.815	5.960.185
NOV	169.302	4.453.847	-4.284.545	4.623.149
DEZ	189.686	17.130.695	-16.941.009	17.320.381
Acumulado	19.168.470	63.352.462	-44.183.992	82.520.932

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Balança Comercial Pernambuco – China 2006 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	321.746	12.388.745	-12.066.999	12.710.491
FEV	4.363.639	4.414.140	-50.501	8.777.779
MAR	196.841	4.631.822	-4.434.981	4.828.663
ABR	375.675	6.394.826	-6.019.151	6.770.501
MAI	318.955	5.622.422	-5.303.467	5.941.377
JUN	434.602	5.301.136	-4.866.534	5.735.738
JUL	470.343	6.334.891	-5.864.548	6.805.234
AGO	441.813	7.847.531	-7.405.718	8.289.344
SET	686.843	5.471.051	-4.784.208	6.157.894
OUT	707.661	4.609.598	-3.901.937	5.317.259
NOV	710.229	7.238.149	-6.527.920	7.948.378
DEZ	953.276	5.783.859	-4.830.583	6.737.135
Acumulado	9.981.623	76.038.170	-66.056.547	86.019.793

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Balança Comercial Pernambuco – China 2007 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	311.556	8.325.305	-8.013.749	8.636.861
FEV	477.247	7.019.190	-6.541.943	7.496.437
MAR	668.339	9.270.478	-8.602.139	9.938.817
ABR	399.714	6.020.734	-5.621.020	6.420.448
MAI	443.280	6.466.815	-6.023.535	6.910.095
JUN	151.629	6.568.071	-6.416.442	6.719.700
JUL	595.724	10.866.877	-10.271.153	11.462.601
AGO	289.958	11.004.920	-10.714.962	11.294.878
SET	979.221	10.179.196	-9.199.975	11.158.417
OUT	531.730	10.051.035	-9.519.305	10.582.765
NOV	634.430	13.818.581	-13.184.151	14.453.011
DEZ	561.562	8.986.435	-8.424.873	9.547.997
Acumulado	6.044.390	108.577.637	-102.533.247	114.622.027

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Balança Comercial Pernambuco – China 2008 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	1.079.703	9.960.587	-8.880.884	11.040.290
FEV	979.510	13.346.448	-12.366.938	14.325.958
MAR	1.170.813	15.059.856	-13.889.043	16.230.669
ABR	1.584.600	12.170.711	-10.586.111	13.755.311
MAI	411.513	13.383.328	-12.971.815	13.794.841
JUN	788.719	18.081.124	-17.292.405	18.869.843
JUL	137.811	11.048.298	-10.910.487	11.186.109
AGO	371.764	21.855.127	-21.483.363	22.226.891
SET	317.997	27.048.428	-26.730.431	27.366.425
OUT	484.982	19.348.236	-18.863.254	19.833.218
NOV	164.425	24.945.305	-24.780.880	25.109.730
DEZ	217.699	17.162.395	-16.944.696	17.380.094
Acumulado	7.709.536	203.409.843	-195.700.307	211.119.379

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Balança Comercial Pernambuco – China 2009 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	228.053	17.519.837	-17.291.784	17.747.890
FEV	269.270	12.621.254	-12.351.984	12.890.524
MAR	250.903	13.022.917	-12.772.014	13.273.820
ABR	518.534	13.809.885	-13.291.351	14.328.419
MAI	300.284	22.417.791	-22.117.507	22.718.075
JUN	331.660	9.802.360	-9.470.700	10.134.020
JUL	324.057	27.705.927	-27.381.870	28.029.984
AGO	430.899	14.257.478	-13.826.579	14.688.377
SET	355.340	13.104.925	-12.749.585	13.460.265
OUT	232.798	27.806.920	-27.574.122	28.039.718
NOV	337.561	36.333.617	-35.996.056	36.671.178
DEZ	414.127	15.552.391	-15.138.264	15.966.518
Acumulado	3.993.486	223.955.302	-219.961.816	227.948.788

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Balança Comercial Pernambuco – China 2010 Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	180.296	20.341.921	-20.161.625	20.522.217
FEV	856.271	27.979.984	-27.123.713	28.836.255
MAR	384.458	25.271.185	-24.886.727	25.655.643
ABR	627.582	42.233.227	-41.605.645	42.860.809
MAI	1.197.878	18.485.185	-17.287.307	19.683.063
JUN	500.893	20.086.330	-19.585.437	20.587.223
JUL	612.577	58.240.900	-57.628.323	58.853.477
AGO	932.506	33.475.035	-32.542.529	34.407.541
SET	424.751	28.245.754	-27.821.003	28.670.505
OUT	511.816	27.199.810	-26.687.994	27.711.626
NOV	634.404	40.113.455	-39.479.051	40.747.859
DEZ	2.174.574	31.116.229	-28.941.655	33.290.803
Acumulado	9.038.006	372.828.194	-363.790.188	381.866.200

Fonte: Dados disponibilizados pelo MDIC/SECEX, sistema ALICEWEB

Principais exportações Pernambuco – China (2007-2008-2009)

Principais exportações Pernambuco – China	US\$ FOB	Peso Liquido	Quantidade
25161200 - GRANITO CORTADO EM BLOCOS OU PLACAS			
01/2009 a 12/2009	1.753.666	12.879.409	3.377
01/2008 a 12/2008	2.064.702	14.807.881	45.586.211
01/2007 a 12/2007	1.213.760	10.278.810	2.703
41051021 - PELES DEPILAD.DE OVINOS,CURT.CROMO "WET BLUE"			
01/2009 a 12/2009	1.091.746	108.240	93.617
01/2008 a 12/2008	655.773	44.090	40.305
01/2007 a 12/2007	0	0	0
85392910 - OUTRAS LAMPADAS/TUBOS INCANDESC.T<=15V			
01/2009 a 12/2009	351.806	3.539	1.734.000
01/2008 a 12/2008	162.211	1.774	870.700
01/2007 a 12/2007	266.794	9.629	2.699.285
74040000 - DESPERDICIOS E RESIDUOS,DE COBRE			
01/2009 a 12/2009	340.277	164.022	0
01/2008 a 12/2008	0	0	0
01/2007 a 12/2007	532.644	178.061	0
40022090 - BORRACHA DE BUTADIENO (BR),EM CHAPAS,FOLHAS,TIRAS,ETC.			
01/2009 a 12/2009	237.184	242.315	0
01/2008 a 12/2008	2.875.304	1.229.889	0
01/2007 a 12/2007	565.778	454.467	0
48116090 - OUTS.PAPEIS RECOB.REVEST.IMPREGN.CERA,ETC.EM ROLOS/FLS			
01/2009 a 12/2009	72.437	27.808	0
01/2008 a 12/2008	0	0	0
01/2007 a 12/2007	0	0	0
41120000 - COUROS OVINOS,PREPARS.APOS CURTIMENTA,ETC.			
01/2009 a 12/2009	37.275	933	1.665
01/2008 a 12/2008	92.496	1.829	3.308
01/2007 a 12/2007	1.867	43	75
40021919 - BORRACHA DE ESTIRENO-BUTADIENO,EM OUTS.FORMAS PRIMARIAS			
01/2009 a 12/2009	33.589	44.517	0
01/2008 a 12/2008	1.098.163	761.456	0
01/2007 a 12/2007	801.780	952.367	0
64022000 - CALCADOS DE BORRACHA/PLAST.C/PARTE SUPER.EM TIRAS,ETC.			
01/2009 a 12/2009	29.783	5.278	15.960
01/2008 a 12/2008	111.465	18.965	62.664
01/2007 a 12/2007	2.341	498	1.308
85392110 - LAMPADAS/TUBOS INCANDESC.HALOGENOS,DE TUNGSTENIO,T<=15V			
01/2009 a 12/2009	27.614	152	22.680
01/2008 a 12/2008	0	0	0
01/2007 a 12/2007	0	0	0
20098000 - SUCOS DE OUTRAS FRUTAS,PRODS.HORTICOLAS,NAO FERMENTADOS			
01/2009 a 12/2009	4.297	200	0
01/2008 a 12/2008	0	0	0
01/2007 a 12/2007	0	0	0

Fonte: Estudos Estatísticos da Fiepe -2010

Principais Importações Pernambuco – China (2007-2008-2009)

Principais Importações Pernambuco – China	US\$ FOB	Peso Líquido	Quantidade
67029000 - FLORES,FOLHAGEM,FRUTOS,ARTIFS.E PARTES,DE OUTS.MATERIAS			
01/2009 a 01/2009	1.717.783	290.857	0
01/2008 a 01/2008	1.053.106	209.439	0
01/2007 a 01/2007	72.925	33.974	0
87091900 - OUTS.VEICULOS AUTOMOV.S/DISP.ELEV.UTIL.EM FABRICAS,ETC.			
01/2009 a 01/2009	1.414.770	140.000	2
01/2008 a 01/2008	0	0	0
01/2007 a 01/2007	0	0	0
76061290 - OUTRAS CHAPAS E TIRAS,DE LIGAS ALUMINIO,ESP>0.2MM			
01/2009 a 01/2009	1.221.502	368.470	0
01/2008 a 01/2008	0	0	0
01/2007 a 01/2007	0	0	0
28331110 - SULFATO DISSODICO ANIDRO			
01/2009 a 01/2009	1.112.784	6.000.000	0
01/2008 a 01/2008	0	0	0
01/2007 a 01/2007	985.291	8.200.000	0
40111000 - PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS			
01/2009 a 01/2009	809.672	275.625	36.757
01/2008 a 01/2008	433.886	173.265	22.499
01/2007 a 01/2007	54.696	22.877	3.238
03042990 - OUTROS FILÉS CONGELADOS DE PEIXES			
01/2009 a 01/2009	590.300	281.420	0
01/2008 a 01/2008	488.788	274.560	0
01/2007 a 01/2007	0	0	0
90221200 - APARELHOS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA			
01/2009 a 01/2009	530.873	6.751	3
01/2008 a 01/2008	0	0	0
01/2007 a 01/2007	554.766	7.538	3
60063400 - OUTS.TECIDOS DE MALHA,FIBRAS SINTET.ESTAMPADOS			
01/2009 a 01/2009	522.945	138.702	0
01/2008 a 01/2008	45.098	9.915	0
01/2007 a 01/2007	0	0	0
87111000 - MOTOCICLETAS,ETC.C/MOTOR PISTAO ALTERNAT.CIL<=50CM3			
01/2009 a 01/2009	478.420	135.346	2.006
01/2008 a 01/2008	199.240	75.600	1.080
01/2007 a 01/2007	6.816	2.100	60
40112090 - OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHOES			
01/2009 a 01/2009	431.501	173.883	3.800
01/2008 a 01/2008	202.095	84.207	1.469
01/2007 a 01/2007	435.388	227.344	6.142
39229000 - OUTS.ARTIGOS P/USOS SANITARIOS/HIGIENICOS,DE PLASTICOS			
01/2009 a 01/2009	409.500	74.394	0
01/2008 a 01/2008	78.235	17.022	0
01/2007 a 01/2007	0	0	0

Fonte: Estudos Estatísticos da Fiepe -2010